



REPÚBLICA DAGUINÉ-BISSAU

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

DIREÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DURÁVEL

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE
COMUNICAÇÃO EM MATÉRIA DE
INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES
SOBRE A BIODIVERSIDADE**



2015-2020

BISSAU, SETEMBRO DE 2015

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOBRE O MECANISMO
CLEARING-HOUSE DA CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA NA
GUINÉ-BISSAU**

EN-CHM

2015-2020

Enquadramento da elaboração do presente documento:

Projeto de Atualização da Estratégia, Plano de Ação Nacional e Desenvolvimento do Quinto
Relatório Nacional sobre a Diversidade Biológica na Guiné-Bissau

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	5
RESUMO EXECUTIVO.....	7
<i>CAPITULO I – Introdução Geral.....</i>	<i>8</i>
1. Contexto e Justificação	8
2. Panorama físico e socioeconómico da Guiné-Bissau	9
2.1. <i>Aspetos físicos.....</i>	<i>9</i>
2.2. <i>Aspetos socioeconómicos.....</i>	<i>10</i>
3. A Biodiversidade	11
3.1. <i>Biodiversidade dos meios naturais.....</i>	<i>11</i>
3.2. <i>Ameaças à biodiversidade.....</i>	<i>12</i>
<i>CAPITULO II – CENTRO DE TROCA DE INFORMAÇÕES - CHM.....</i>	<i>14</i>
1. <i>Clearing House Mechanism - CHM.....</i>	<i>14</i>
1.1. <i>Definição.....</i>	<i>14</i>
1.2. <i>Missão do CHM.....</i>	<i>14</i>
1.3. <i>Obrigações de implementação do CHM.....</i>	<i>14</i>
1.4. <i>Plano Estratégico Global do CHM.....</i>	<i>15</i>
1.5. <i>Centro de Intercâmbio do Secretariado da CBD.....</i>	<i>16</i>
1.6. <i>Centro de Intercâmbio no quadro da Parceria com a Bélgica.....</i>	<i>16</i>
2. Diagnóstico e condicionantes para a implementação do CHM na Guiné-Bissau	16
2.1. <i>Quadro político.....</i>	<i>16</i>
2.2. <i>Quadro Legal (textos internacionais, regionais e nacionais,).....</i>	<i>24</i>
2.2.1. <i>Textos legais internacionais e regionais.....</i>	<i>24</i>
2.2.2. <i>Textos legais nacionais.....</i>	<i>25</i>
2.3. <i>Quadro institucional.....</i>	<i>27</i>
3. CAPACIDADE DE RECOLHA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	34
3.1. <i>Histórico do CHM na Guiné-Bissau.....</i>	<i>34</i>
3.2. <i>Capacidade de coleta e de difusão de informação.....</i>	<i>34</i>
3.2.2. <i>Redes existentes para a troca de informações sobre a Biodiversidade.....</i>	<i>40</i>
3.2.3. <i>Análise dos grupos-alvo para o CHM.....</i>	<i>43</i>
<i>CAPITULO III – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO CHM NA GUINÉ-BISSAU.....</i>	<i>46</i>
1. <i>Elementos da Estratégia.....</i>	<i>46</i>
1.1. <i>Visão nacional.....</i>	<i>46</i>
1.1.2. <i>Eixos estratégicos.....</i>	<i>46</i>
<i>CAPITULO IV – PLANO DE AÇÃO CHM NA GUINÉ-BISSAU.....</i>	<i>54</i>
1. <i>Plano de Ação Nacional.....</i>	<i>54</i>

<i>2. Proposta Orçamental</i>	58
<i>3. Mecanismos para implementação da Estratégia e Plano de Ação CHM Guiné-Bissau</i> ..	60
RECOMENDAÇÕES.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	62
Anexo 1 - Equipamentos e ferramentas necessários para a implementação do CHM	62
Anexo 2 - Recursos humanos existentes	67
Anexo 3 – Relação de alguns documentos legais (leis, decretos e regulamentos), as estruturas existentes e as instituições	68
Anexo 4 – Lista de tabelas.....	69
Anexo 5 – Lista de ilustrações.....	69

SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Ação para o Desenvolvimento
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
ANCA	Agência Nacional de Cajú
AND	Autoridade Nacional Designada
AP	Áreas Protegidas
CAIA	Célula de Avaliação do Impacto Ambiental
CCD	Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação
CDB	Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CILSS	Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca
CITES	Convenção Sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CFA	Fazenda Aliança de Conservação
CHM	Clearing House Mechanism
CIPA	Centro de Investigação Pesqueira Aplicada
COP	Conferência das Partes
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGFC	Direção Geral de Floresta e Caça
FIBA	Fundação Internacional do Banco de Arguim
GAECA	Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental - Palmeirinha
GPC	Gabinete de Planificação Costeira
GEF	Global Environment Facility (Fundo Mundial para o Ambiente)
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IEC	Informação, Educação e Comunicação
IEO	Instituto Espanhol de Oceanografia
INE	Instituto Nacional de Estatística
INE	Instituto Nacional de Estudos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INITA	Instituto Nacional de Investigação e Tecnologia Aplicada
INPA	Instituto Nacional da Pesquisa Agrária
LQAP	Lei-Quadro das Áreas Protegidas
MADR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MRN	Ministério dos Recursos Naturais
MTAA	Ministério do Turismo, Ambiente e Artesanato
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OGE	Orçamento Geral de Estado
OMVG	Organização para a Valorização do Rio Gâmbia
ONG	Organização Não Governamental
PANA	Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
PAN-LCD	Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação

PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGUB	Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUE	Programme des Nations Unies pour L'Environnement/ Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PRCM	Parceria Regional Costeiro Marinho
RAMPAO	Réseau Régional d'Aires Marines Protégées en Afrique l'Ouest
RAMSAR	Convenção sobre as Zonas húmidas
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RN	Recursos Naturais
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SETAA	Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNAP	Sistema Nacional das Áreas Protegidas
TGB	Televisão da Guiné-Bissau
UEMOA	União Económica Monetária Oeste Africana
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USD	Dólar Americano
WWF	World Wide Fund for Nature / Fundo Mundial para a Natureza
WAMER	West African Marine Ecoregion / Ecoregião Marinha Oeste Africana
ZEE	Zona Económica Exclusiva

1. Contexto e Justificação

A Guiné-Bissau ratificou a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) em 1995, o que lhe concedeu um quadro privilegiado para conservar a sua biodiversidade, utilizar de forma sustentável os recursos genéticos e partilhar de maneira justa e equitativa os benefícios daí decorrentes. Para consegui-lo, a Guiné-Bissau implementou ferramentas técnicas, políticas e legais.

A Guiné-Bissau está igualmente convencida de que será um espaço frutífero para troca de informações no domínio da biodiversidade. Para o efeito, deve lançar debates e promover valores de acordo com a gestão racional dos recursos biológicos. É nesta ótica que a presente Estratégia Nacional de Comunicação em matéria de Intercâmbio de Informação sobre a Diversidade Biológica é elaborada, no quadro do **Projeto de Atualização da Estratégia, do Plano de Ação e Desenvolvimento do Quinto Relatório Nacional sobre a Diversidade Biológica na Guiné-Bissau**, com o financiamento do GEF/PNUE.

O *Clearing-House Mechanism*¹ (CHM) ou Centro de Intercâmbio de Informação no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) é uma ferramenta para troca de informações e é destinada a promover e facilitar a cooperação técnica e científica, para alcançar os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica. No entanto, é obrigação das Partes Contratantes elaborar estratégias e implementar o CHM.

Na 10ª Conferência das Partes da CBD foi estabelecido um Plano Estratégico para o período de 2011-2020. Para o CHM nacional, os objetivos estabelecidos são: (i) fornecer serviços de informação globais e eficazes com vista a facilitar a implementação da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade 2011-2020; (ii) prestar (em parceria com o CHM de outras convenções e protocolos) serviços de informação eficazes para facilitar a implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação para a conservação da Biodiversidade e; (iii) ampliar significativamente a rede de parceiros e os serviços do CHM.

A presente Estratégia surge nessa mesma perspetiva, abordando a comunicação como um fator fundamental para a implementação do Mecanismo *Clearing House* (CHM), e consequentemente influenciando a integração da componente biodiversidade dentro das estratégias e políticas de desenvolvimento setoriais, bem como disseminando a visão abrangente de proteção e uso racional da diversidade biológica na Guiné-Bissau.

Importa salientar que o CHM, enquanto mecanismo de comunicação e de troca de informação, está também previsto no quadro de outras convenções e protocolos, na perspetiva de troca de informações ao nível nacional e mundial. Portanto, é primordial criar sinergias no quadro da implementação das Estratégias e Plano de Ação das diferentes convenções e protocolos, para evitar sobreposições, diminuir custos e gerar uma economia de escala. A sinergia entre os CHM das diferentes convenções permitirá obter maior eficácia e impacto nas ações de educação, comunicação, sensibilização e informação e atingir os mais variados públicos-alvo, a nível local, nacional, sub-regional e global.

Esta Estratégia e Plano de Ação do CHM estão focados no seguinte:

- Um panorama da Guiné-Bissau, através da apresentação dos aspetos físicos, socioeconómicos e da biodiversidade;

¹Mecanismo de intercâmbio de informação sobre a biodiversidade.

- O Centro de intercâmbio de informações (CHM), através da sua definição, missão, obrigações dos países para a sua implementação e seu Plano Estratégico a nível global (este ponto refere-se igualmente ao CHM da CBD e do CHM da Parceria belga).
- O diagnóstico e os condicionantes à implementação do CHM na Guiné-Bissau, através do inventário de ferramentas de nível político, jurídico e institucional (este ponto faz igualmente uma análise dos grupos-alvo).
- A Estratégia e o Plano de Ação, a visão nacional, os eixos estratégicos, os objetivos e as orientações estratégicas, bem como a apresentação do Plano de Ação CHM e os mecanismos para a sua implementação.

2. Panorama físico e socioeconómico da Guiné-Bissau

2.1. Aspetos físicos

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África; a norte faz fronteira com o Senegal, ao sul com a Guiné-Conacri. O território guineense abrange 36.125 km² de área, com uma parte continental e um conjunto de ilhas não muito distantes do continente, o Arquipélago dos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus, das quais apenas 21 são habitadas. Além destas, há ainda algumas outras ilhas separadas do continente apenas por estreitas rias, como Bolama, Ilha de Como, Ilha de Melo ou Ilha de Pecixe.



Ilustração 1: Localização geográfica da Guiné-Bissau

A morfologia do território da Guiné-Bissau apresenta um relevo muito atenuado, tendo a maior parte do país uma costa abaixo dos 50 m de altitude. As zonas costeiras Norte e Sul são sobretudo terras baixas. Segundo a Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (2002), a Guiné-Bissau dispõe de uma biosfera com grande potencial e variedades de solos.

Do ponto de vista climático, constata-se que existe uma coincidência entre a divisão geográfica do país em zona costeira e zona continental; a zona climática costeira com um

clima de tipo sub-guineense húmido apresenta uma pluviometria média anual compreendida entre 1500 e 2500 mm e a zona continental, cujo clima é sudanês, apresenta uma pluviosidade situada entre 1000 e 1500 mm.

A temperatura média anual é de 26,8° com uma fraca amplitude térmica. A humidade relativa é bastante acentuada, quase 70%, e é influenciada pelo regime dos ventos, pela pluviosidade e pela proximidade da costa.

Todos os rios do país terminam em amplos estuários onde penetram fluxos de marés. A rede hidrográfica é constituída por cursos de água corrente e cursos de águas estagnadas. Nos primeiros destacam-se os rios e os seus afluentes (sendo os principais o Cacheu, Mansoa, Geba, Corubal, Rio Grande de Buba, Tombali, Cumbijã e Cacine). A profunda interpenetração da terra e do mar numa distância de 150 km introduz água salgada no interior das terras sob a influência das marés, o que vai caracterizar a existência de estuários inversos na maior parte dos casos.

Nos segundos, ou seja, ao nível das águas estagnadas, destacam-se alguns lagos, nomeadamente as Lagoas de Cufada (Cufada, Bionra e Bedasse), que constituem a maior reserva de água límnica do país.

2.2. Aspetos socioeconómicos

A Guiné-Bissau pertence ao grupo dos países mais pobres e frágeis do mundo (BM, 2015)

Em termos sociais, a partir dos dados publicados no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), muitos indicadores importantes da Guiné-Bissau são, em média, dos mais baixos da região africana (RDH, 2012). Com uma população atual de 1.600.000 habitantes e uma densidade populacional de 44 hab/km². Cerca de 70% da população vive no meio rural.

O rendimento nacional bruto per capita em 2013 foi estimado em cerca de \$ 590. As estimativas oficiais para 2010 colocam a pobreza moderada (US \$ 2 PPP) perto de 70%, superior a pobreza em 2002, que havia sido estabelecida a 65%. A pobreza extrema (US \$ 1 PPP) também está entre as mais altas do mundo, chegando a 33% em 2010, contra 21% em 2002 (BM, 2015) O setor primário é o pilar da economia da Guiné-Bissau, concentra 67% do PIB e 80% dos empregos. A castanha de cajú contribui, em média, em 30% para o valor acrescentado deste setor, que, todavia, sofre de insuficiências estruturais que prejudicam a valorização do seu potencial. A falta de infraestruturas e a pobreza nos meios rurais são entraves à diversificação da produção primária (UEMOA-BCEAO, 2005).

A pesca tem um potencial anual estimado em 275 mil toneladas, mas o seu nível atual de exploração situa-se à volta de 60 mil toneladas, o que representa 4% do PIB e contribui com 40% no OGE (através da venda de licenças de pesca). Somente 25 mil toneladas são consumidas ao nível do país.

O setor florestal dispõe de 2 milhões de hectares de floresta, ou seja, um pouco mais de 55% do território nacional. As reservas de madeiras foram estimadas em 48 milhões de m³. Estes

recursos deparam-se com uma destruição acelerada, estimada em 50 mil ha/ano (PANA 2007).

3. A Biodiversidade

3.1. Biodiversidade dos meios naturais

A Guiné-Bissau alberga, graças a um número de condicionalismos e especificidades geográficas e ambientais, um património natural de enorme relevo à escala mundial. Existe uma grande variedade de espécies, fundamentalmente aves, anfíbios, plantas superiores, morcegos, répteis e moluscos, distribuídas em diferentes ecossistemas e habitats.

Devido à sua importância em termos de biodiversidade, foram criadas até à data, seis áreas protegidas no país. Estas áreas protegidas foram oficializadas por Decretos governamentais. Atualmente os parques da Guiné-Bissau são classificados em: parques naturais (Parque Natural dos Tarrafes – mangais – do Rio Cacheu, Parque Natural das Lagoas de Cufada); parques nacionais (Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, Parque Nacional de Orango, Parque Nacional de Cantanhez) e Parque Marinho Comunitário (Complexo de Urok). Está em curso o processo de criação e oficialização de áreas protegidas no interior continental, é o caso do Complexo Dulombi-Boé-Tchéche. Todas as áreas protegidas funcionam sob tutela do IBAP.

A *Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama Bijagós*, área igualmente de grande importância nacional e internacional, foi classificada em 1996 pela UNESCO como Reserva da Biosfera e reconhecida como sítio RAMSAR, zonas húmidas de importância internacional, em 2014.

A maior parte das áreas protegidas da Guiné-Bissau possuem não só uma importância nacional, mas também regional e internacional, com as seguintes especificidades:

O *Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP)* é o sítio mais importante de desova das tartarugas verdes (*Chelonia mydas*) de todo o Atlântico e foi objeto de um “Domà Terra”, em 2001, pelo WWF;

O *Parque Nacional dos Tarrafes do Rio Cacheu (PNTC)*, sítio RAMSAR, é a área de maior concentração de mangais na África Ocidental e é a zona de reprodução e criação de camarões por excelência;

O *Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC)*, sítio RAMSAR, é um biótopo preferido por aves aquáticas, residentes e migradoras;

O *Parque Nacional de Orango (PNO)* é o sítio onde se concentra a maior diversidade biológica do Arquipélago, com espécies raras e em extinção como: tartarugas marinhas, crocodilos, manatins, golfinhos, gazelas e hipopótamos.

A ilha de Orango abriga a única espécie de Hipopótamo de toda a costa ocidental africana que vive na água doce e salgada;

O *Parque Nacional de Cantanhez (PNC)* é uma das 200 Ecoregiões mais importantes no mundo no que respeita à biodiversidade. Representa o limite setentrional das florestas sub-húmidas guineenses com maior desenvolvimento e uma diversidade biológica excepcional, com quase uma centena de espécies de mamíferos recenseados e 200 espécies de aves.

Neste parque existem 3 espécies de primatas globalmente ameaçadas, a saber: chimpanzé *Pan troglodytes*, macaco-fidalgo-vermelho *Piliocolobus badius*, macaco-fidalgo-preto *Colobus polykomus*. Também se regista a presença de grandes mamíferos, como o elefante *Loxodonta africana*, o búfalo, o boca-branco *Hippotragus Equinus* e o hipopótamo.

O Parque Marinho Comunitário (Complexo de Urok) possui ecossistemas marinhos pouco profundos, muito ricos em peixes e em moluscos, verdadeiras zonas de reprodução e crescimento para recursos de importância económica e ecológica assinalável. Destaca-se a presença de mamíferos marinhos ameaçados de extinção, como os manatins *Trichechus senegalensis* e os golfinhos-corcunda *Sousa teuszii*, e populações relativamente densas de limícolas migradoras que invernam no arquipélago dos Bijagós.

A Reserva de Biosfera do Arquipélago dos Bijagós (RBABB), no quadro da Ecoregião marinha do *upwelling* saheliano oeste africana (WAMER), é considerada um dos sítios de maior importância mundial, pela sua particularidade natural e cultural. É uma das zonas mais ricas em biodiversidade na costa atlântica africana.

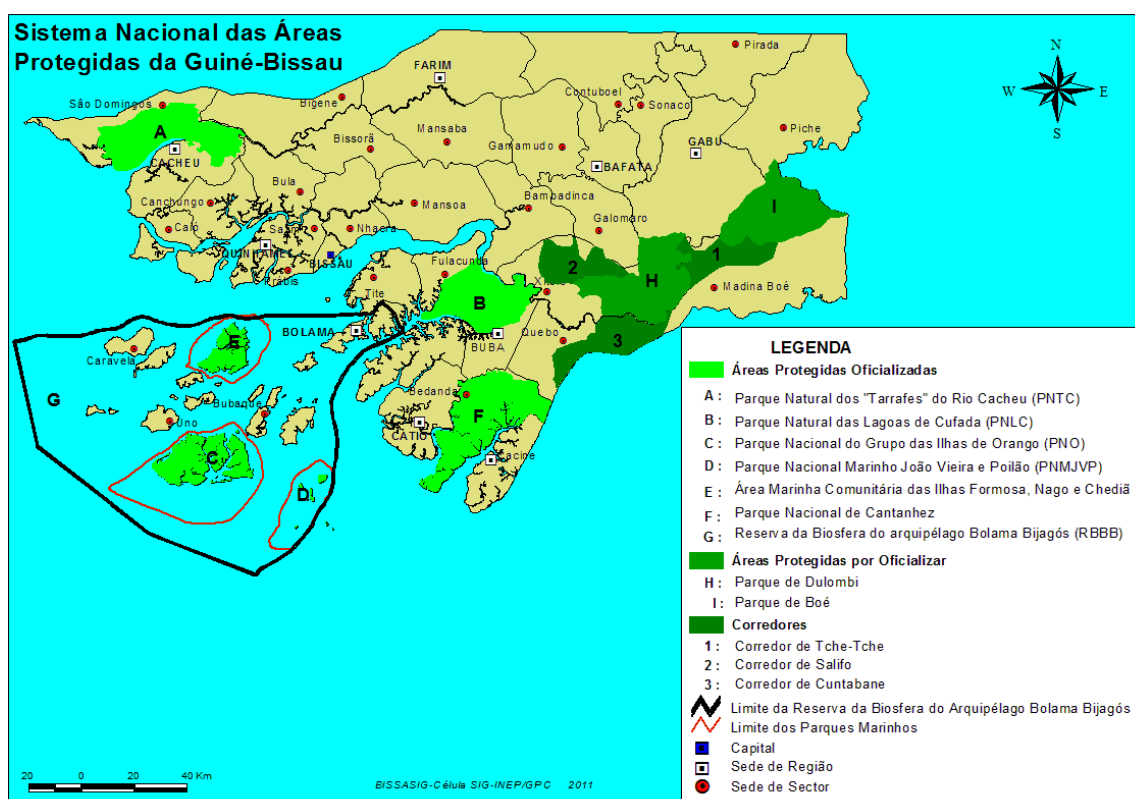


Ilustração 2: Mapa das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau

3.2. Ameaças à biodiversidade

Em anos recentes, a pressão tem aumentado sobre os recursos da biodiversidade, impulsionada não só por fatores naturais mas, sobretudo, pelas atividades antrópicas. Métodos ancestrais de exploração de recursos associados aos fluxos migratórios de cidadãos de países vizinhos, com práticas nefastas de exploração clandestina da biodiversidade, tiveram como consequências o desaparecimento de alguns núcleos densos de florestas, a fragmentação dos habitats, a erosão dos solos, a diminuição dos recursos hídricos, a perda dos serviços dos ecossistemas e a diminuição da diversidade biológica.

Para a sua sobrevivência, a população local é obrigada a praticar atividades que tendem a degradar o ambiente e que podem conduzir, a longo prazo, ao empobrecimento dos recursos

naturais através da agricultura itinerante, como sejam: queimadas descontroladas para a produção agrícola e para a transumância, forte pressão fundiária para a plantação de anacardos, corte de certas espécies florestais para produção de carvão vegetal e lenha, exploração de madeira, corte dos mangais, exploração de cibe e palmeiras para construção e extração de vinho, exploração de areias pesadas nas praias, captura e consumo de espécies em vias de extinção, como por exemplo as tartarugas marinhas, ocupação desordenada das áreas costeiras, entre outros.

1. *Clearing House Mechanism - CHM*

1.1. *Definição*

O termo "centro de troca/intercâmbio/compensação" é a tradução da frase inglesa "*Clearing House Mechanism*", utilizada no artigo 17º da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB). Historicamente, o termo é originário do mundo dos negócios e refere-se ao lugar onde as transações financeiras são realizadas. Por extensão, o termo é usado para descrever uma ferramenta que facilita e simplifica o intercâmbio entre múltiplos parceiros.

O Centro de Troca/Intercâmbio de Informação (CHM), no âmbito da CDB, é uma ferramenta para troca de informações destinada a promover e facilitar a cooperação técnica e científica com vista a alcançar os três seguintes objetivos da Convenção:

1. Conservação da Diversidade Biológica;
2. Utilização sustentável de seus componentes;
3. Repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

1.2. *Missão do CHM*

A criação do **Mecanismo Clearing-House (CHM)**, da Convenção sobre a Diversidade Biológica foi estabelecida no artigo 17º e 18º da Convenção e na sequência da decisão X/15, cuja missão é contribuir significativamente para a implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e dos Objetivos de Aichi, através de serviços de informação eficazes e outros meios adequados. Tem por finalidade a promoção e facilitação da cooperação científica e técnica e a partilha de conhecimentos e troca de informações, com vista a estabelecer uma rede totalmente operacional das Partes e Parceiros.

A Bélgica estabeleceu uma "Parceria belga para o CHM", que ajuda os países a melhorar o seu acesso à informação e fornece meios para os ligar ao nível nacional. Esta Parceria belga contribui igualmente para o intercâmbio de conhecimentos científicos e técnicos.

1.3. *Obrigações de implementação do CHM*

O Secretariado da CDB e todos os países contratantes são obrigados a criar um Centro de Troca de Informações e a cooperar com outros países envolvidos com vista à sua implementação. A decisão IX/30 da 9ª Conferência das Partes (COP 9), em relação à cooperação científica e técnica, e do CHM convida os Países Partes da CDB a seguir os seguintes passos para a implementação de um CHM sustentável:

- Designar o mais rapidamente possível, um Ponto Focal Nacional para o "*Clearing House Mechanism*", conforme solicitado no parágrafo 7 da decisão II/3. **No caso da Guiné-Bissau, o Ponto Focal Nacional CHM foi indigitado em 2013;**

- Elaborar uma estratégia nacional para a implementação do CHM, de preferência como um acessório da Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade, com base nas necessidades identificadas. **A Estratégia e o Plano de Ação para o CHM Guiné-Bissau já disponíveis;**
- Desenvolver CHM como um dos principais meios para a implementação e revisão do Plano Nacional de Ação e da Estratégia sobre Diversidade Biológica;
- Assim que possível, expandir as relações entre o CHM nacional e redes existentes e desenvolver mecanismos para a troca de informações com bases em dados nacionais, tornando-os operacionais e, sempre que possível e apropriado, em formatos padrão abertos e estabelecidos;
- Estabelecer uma estrutura nacional para coordenar o desenvolvimento do CHM, tendo a qualidade de Comité de Gestão interinstitucional, com a participação de instituições da mesma índole e de outras partes interessadas sobre a biodiversidade. **Esta etapa já foi concluída e já existe um Comité de Gestão nacional constituído por Pontos Focais das Convenções ambientais e instituições que trabalham neste domínio;**
- Disponibilizar recursos para o fortalecimento da capacidade institucional, com o intuito de implementar o CHM nacional e apoiar as suas operações.
- Definir funções e responsabilidades para a coleta, análise e disseminação de informações, gestão do *website* e outras atividades associadas; **quadros nacionais participaram em ateliês de formação para o reforço de capacidades de gestão do *website* criado, em março de 2015;**
- Identificar as fontes de informação relacionadas com a biodiversidade nacional e incentivar a sua participação no CHM nacional. Caso não tenha sido feito ainda, proceder desde logo ao fornecimento de informações básicas sobre a biodiversidade do país;
- Incentivar o uso de CHM nacional como ferramenta para o diálogo com a sociedade civil, os grandes grupos e as partes interessadas.

1.4. Plano Estratégico Global do CHM

A décima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 10) culminou com a elaboração de um Plano Estratégico do CHM para o período 2011-2020. As metas e os objetivos deste plano foram definidos em três níveis:

Objetivo 1: *O Clearing House Mechanism central fornece serviços de informação global eficaz para facilitar a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020.* O Secretariado da CDB é encarregue de criar um CHM eficaz e operacional e um *website* para a CBD de alta qualidade, disponível em todas as línguas oficiais das Nações Unidas. Deve igualmente facilitar o desenvolvimento de uma rede de peritos e técnicos nos países e parceiros.

Objetivo 2: *Os CHMs nacionais fornecem serviços de informação eficazes para facilitar a implementação da estratégia e planos de ação nacional sobre a biodiversidade.* Os países e partes têm a capacidade de apoiar CHMs eficazes em que são partilhadas informações e conhecimentos. Os parceiros e o Secretariado da CDB contribuem para o desenvolvimento dos CHMs nacionais.

Objetivo 3: *Os parceiros ampliam, de forma significativa, a rede e os serviços do CHM.* Os *websites* regionais e temáticas de alta qualidade do CHM estão disponíveis, os parceiros sustentam a sua participação, colaboram e partilham informações através da rede de CHM.

1.5. Centro de Intercâmbio do Secretariado da CBD

O Centro de Intercâmbio (CHM) da Convenção sobre Diversidade Biológica foi estabelecido como resultado do artigo 18º.3 da Convenção. Este Centro de Intercâmbio central oferece serviços de informação global eficazes para facilitarem a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. Atualmente, o Centro de Intercâmbio de Informações consiste nos seguintes elementos: O *Website* da CBD (www.cbd.int), como conexão central; a rede de centros de intercâmbio de informações nacionais e as diversas instituições parceiras.

1.6. Centro de Intercâmbio no quadro da Parceria com a Bélgica

A Bélgica, país parte da CBD, instalou o seu *Clearing House Mechanism* mediante a criação de um *Website* <http://be.chm-cbd.net>, albergado pelo Instituto Real de Ciências Naturais da Bélgica.

Em 1997, a reunião internacional acerca do tema “Construir o Centro de Troca de Informações” recomendou que “convém estabelecer uma parceria entre os Pontos Focais nacionais não conectados à web e os que têm acesso à Internet e espaço disponível em seus servidores para este tipo de cooperação bilateral”. Neste contexto, a Bélgica estabeleceu uma “parceria belga para o CHM”, que ajuda os países a melhorar o seu acesso à informação e proporcionar meios para a ligação destes ao nível nacional. A ferramenta principal deste intercâmbio é a Internet.

A parceria belga contribui igualmente para o intercâmbio de conhecimentos científicos e técnicos. Como parte dessa parceria, o Ponto Focal CHM-Belga oferece formações sobre o desenvolvimento e manutenção de *websites*; alberga os *websites* CHM no seu servidor; ajuda a estimular o trabalho em redes e a troca de experiências; organiza atividades não relacionadas com a web no domínio da comunicação, educação e sensibilização do público. É no quadro desta parceria que a Guiné-Bissau estabeleceu o seu *Clearing House Mechanism*, em 2014.

2. Diagnóstico e condicionantes para a implementação do CHM na Guiné-Bissau

2.1. Quadro político

Apesar de serem adotadas várias iniciativas de políticas públicas nacionais e regionais com vista à conservação da diversidade biológica do país, ainda assim, o uso racional e ações de conservação estão aquém das expectativas, sobretudo no que diz respeito ao uso ilegal de recursos biológicos, desmatamento, extinção de espécies, fragmentação dos habitats e fraca valorização de conhecimentos tradicionais, entre outros.

A maximização do bem-estar social requer elaboração de estratégias, planos e programas que visem a mitigação dos efeitos nefastos (conflitos), a promoção de boas práticas e a obtenção de ganhos em benefício de todos os implicados.

A formulação de políticas, sobretudo públicas, não se restringe apenas aos condicionantes nacionais, mas também tem em conta a sua abrangência internacional e a sua implicação ao nível local, como à frente se descreve.

2.1.1. A nível internacional

As questões ambientais têm sido tradicionalmente tratadas de forma isolada, porém, problemas ambientais têm muitas vezes relações entre si e os seus efeitos transpõem fronteiras geopolíticas. Em resposta a estes aspetos, coube às Nações Unidas liderar o debate sobre questões ambientais globais.

A **Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente** realizada em 1972, em Estocolmo, é tida como cerne das políticas e estratégias mundiais no domínio do ambiente. Essa preocupação ficou mais saliente, porém, com a conferência do Brasil, Rio 1992. Os objetivos e atividades do capítulo 11 a 15 da Agenda 21, sobretudo os deste último, têm o propósito de melhorar a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável dos recursos biológicos. Nesta conferência definiu-se, através de Agenda 21, a política mundial do ambiente e, por outro lado, surgiram três grandes convenções, a saber: a **Diversidade Biológica**, as **Mudanças Climáticas** e a **Luta Contra a Seca e Desertificação**. Ainda como instrumento de aperfeiçoamento da política ambiental, foi elaborada a estratégia de Desenvolvimento Durável. O objetivo preconiza a promoção de boas práticas de gestão dos recursos naturais, mecanismos de desenvolvimento limpo e economia verde.

2.1.2 A nível regional

2.1.2.1 Política Comum da UEMOA para a Melhoria do Ambiente (PCMA)

A Comunidade dos Países da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA, a que a Guiné-Bissau aderiu a 2 de janeiro de 1997) adotaram uma política ambiental regional e comunitária, tanto a nível global como setorial, cujos objetivos vão até 2025 e são os seguintes:

- Inverter as tendências de degradação e de redução dos recursos naturais
- Inverter a degradação dos meios e de qualidade de vida
- Conservar a biodiversidade

O Protocolo Adicional nº II do Tratado emanado, define as orientações de uma Política Comum para a Melhoria do Ambiente (PCMA) aplicável às políticas setoriais. Elas são as seguintes:

- Proteção dos recursos naturais e da biodiversidade
- Luta contra a desertificação
- Melhoria do ambiente no meio rural e urbano
- Exploração das energias renováveis, particularmente da energia solar
- Luta contra a erosão costeira

Esta política integra a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima; a gestão dos recursos florestais e da fauna selvagem; a gestão de poluentes e riscos e a gestão dos recursos hídricos.

2.1.2.2 Organização para a Valorização do Rio Gâmbia (OMVG)

A Organização para a Valorização do Rio Gâmbia (OMVG) tem como principal objetivo a valorização dos recursos naturais das bacias hidrográficas dos rios Gâmbia, Geba/Kayanga e Corubal/Koliba. O propósito enquadra o combate à pobreza e a integração das atividades

levadas a cabo na sub-região no sentido de melhorar a vida das populações dos países membros desta organização (Guiné-Bissau, Gambia, Guiné-Conakri e Senegal).

2.1.2.3 Parceria Regional Marinho Costeiro (PRCM)

Fazem parte desta iniciativa seis países da sub-região da África Ocidental: Guiné-Bissau, Senegal, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conakri e Mauritânia. No âmbito do Programa Regional da Conservação Marinha, o nosso país é apoiado por quadros das organizações que intervêm, no domínio ambiental, na África Ocidental, nomeadamente UICN, WWF, FIBA e Wetlands Internacional.

Este documento estratégico traça as orientações destinadas a guiar os intervenientes da zona costeira para os próximos 20 anos, no que se refere às áreas marinhas protegidas dos países da sub-região. A Guiné-Bissau, através dos seus governantes, assinou uma declaração de política geral, que compromete os países a participarem de forma conjunta na gestão das áreas protegidas, biodiversidade e recursos partilhados a nível da sub-região.

2.1.2.4 Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)

A Guiné-Bissau faz parte desta iniciativa continental, a Nova Parceria para o Desenvolvimento. Neste acordo, está disponível um plano de ação ambiental, com o intuito de:

- Contribuir para a implementação do NEPAD através da execução da sua iniciativa ambiental
- Promover a utilização durável dos recursos
- Reforçar o apoio público e político das iniciativas ambientais regionais e sub-regionais

2.1.3 A Nível Nacional

A Guiné-Bissau, através de departamentos do Governo responsáveis pelo setor ambiental, dirigiu o processo de elaboração e adoção de políticas e leis nacionais e recomendou a assinatura e ratificação de diversas convenções, protocolos e acordos internacionais. Sendo país parte das Nações Unidas, a Guiné-Bissau não poderia ficar indiferente às políticas internacionais relacionadas com o setor, que muitas vezes não se coadunam totalmente com a realidade do nosso país. Entretanto, é crucial que se construam sinergias e que ações e normas técnicas, jurídicas e administrativas sejam conciliadas, tanto a nível nacional como internacional. Os documentos que de seguida se apresentam são orientadores de tais políticas:

2.1.1.1 Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA)

Com o propósito de otimizar os recursos atuais com vista a garantir o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida da presente geração, assim como assegurar a perenidade dos recursos naturais para a geração vindoura, o PNGA pretende contribuir para o desenvolvimento socioeconómico durável e sustentável do país. O referido contributo far-se-á

através do apoio à procura de soluções para garantir a segurança alimentar, à erradicação da pobreza, e ao controlo da poluição e saneamento do ambiente. Tudo isso poderá permitir a conservação dos recursos naturais, o controlo do avanço da desertificação e a minimização dos impactos antrópicos que influenciam as alterações climáticas (PNGA, 2007).

O PNGA é o principal documento da política ambiental nacional, foi institucionalizado e legitimado através do decreto nº 03/2004 de 21 de fevereiro. Este documento determina e define as principais diretrizes, vetores, eixos, linhas estratégicas, visão e objetivos que sustentam e orientam a política nacional sobre a proteção e o desenvolvimento sustentável e durável.

Embora tenha uma visão temporal de 10 anos, foi proposta a sua avaliação trienal. Ao avaliar sistematicamente a execução desta política ao nível de diferentes instituições e atores que intervêm no setor, pretende-se analisar e compreender o nível de eficácia das estratégias definidas no Plano, com vista a assegurar uma melhoria contínua, de acordo com as exigências atuais.

2.1.1.2 Estratégia e Plano de Ação Nacional de Diversidade Biológica (EPANDB)

Sendo um dos documentos da política do subsector da biodiversidade, determina de forma detalhada as diretrizes nacionais, temas e áreas de intervenção nacional respeitantes à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica, no quadro da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Determina igualmente objetivos nacionais para a proteção dos ecossistemas, arborização e repovoamento florestal, otimização dos recursos hídricos, exploração de novas fontes energéticas, luta contra a erosão dos solos e costa, reforço de participação da sociedade civil, com base na educação e formação e no domínio ambiental.

3.1.0.1. Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA)

Este documento foi financiado pelo Fundo Mundial para o Ambiente e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (FMA-GEF/PNUD). Tem em vista prestar auxílio aos Países Menos Avançados na identificação das atividades prioritárias, permitindo responder às suas necessidades imediatas, dando solução às suas preocupações mais urgentes, no que diz respeito à adaptação aos efeitos nefastos das mudanças climáticas.

Relativamente aos documentos das Alterações Climáticas, há o seguinte: **Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas/ NAMAS, primeiro (1º), segundo (2º) e terceiro (3º) documentos.**

3.1.0.2. Plano Diretor da Planificação Costeira (PDPC)

Elaborado no quadro do Programa da Planificação Costeira (UICN/MDRA-DGFC, 1993), o Plano Diretor da Zona Costeira, tem como objetivo definir as normas que levem a um desenvolvimento durável da zona costeira e garantir uma exploração adequada e durável dos recursos naturais e do ambiente.

O referido documento é orientado não só para o desenvolvimento da zona costeira, mas também para a conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas costeiros e da diversidade biológica. É implementado no quadro do Programa da Planificação Costeira em parceria com a UICN e algumas instituições públicas do país, a saber: Secretaria de Estado das Pescas e de Economia Marítima, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério dos Recursos Naturais, Instituto Nacional de Tecnologia Aplicada (INITA), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e algumas ONG's nacionais (PDPC, 1993).

As principais atividades descritas neste documento circunscrevem-se a:

- Proposta de criação e gestão de áreas protegidas com vista à conservação da biodiversidade e à manutenção dos recursos genéticos;
- Troca de informações através de redes especializadas (Áreas Protegidas, Planificação Costeira e Pescas);
- Comunicação e educação ambiental às populações;
- Ocupação do solo e do espaço com vista ao seguimento e evolução dos diferentes ecossistemas.

3.1.0.3. Plano de Luta contra a Desertificação (PAN/LCD)

Publicado em dezembro de 2006, este documento é derivado da Conferência do Rio em 1992, da Convenção das Nações Unidas sobre o Combate à Desertificação, na qual a Guiné-Bissau é signatária e onde todas as partes contratantes são convidadas a elaborarem o Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN/LCD). Atualmente, a Guiné-Bissau está na fase de finalização e validação do seu plano de ação.

O processo de elaboração do PAN/LCD foi participativo, pois envolveu todas as camadas da sociedade guineense (instituições estatais, ONG's e Associações de base). A primeira etapa consistiu no diagnóstico em quatro províncias do país (Norte, Sul, Leste e Arquipélago dos Bijagós), que permitiu recolher as principais preocupações das populações, em relação à

gestão dos recursos naturais e à ameaça da degradação da terra. Paralelamente a este diagnóstico, foram realizados estudos socioeconómicos, jurídicos e institucionais.

O primeiro fórum de lançamento da elaboração do PAN/LCD foi realizado em setembro de 2004, em Bissau, com os seguintes objetivos:

- Obter consensos sobre os prenúncios, as razões, causas e consequências subjacentes à degradação das terras na Guiné-Bissau;
- Identificar domínios importantes e prioritários para a elaboração do PAN/LCD e a interligação entre estes domínios e programas estratégicos, bem como quadros de concertação e de diálogo pertinentes;
- Definir metodologias apropriadas à elaboração do PAN/LCD em forma participativa e que implique todos os atores.

De igual modo foram elaborados vários planos setoriais, nomeadamente:

3.1.0.4. Plano Diretor Florestal Nacional (PDFN)

O Plano Diretor Florestal estabelece uma análise da situação na qual são definidas políticas, estratégias e objetivos a atingir para uma utilização durável dos recursos florestais e os meios indispensáveis para o seu aproveitamento, (PDFN, 2011).

Este Plano Florestal recomenda ainda os principais eixos para uma política durável, apresenta medidas para o reforço da capacidade institucional do setor e, de igual forma, cria um quadro da organização nacional do território, a partir das unidades de conservação representativas das diferentes zonas biogeográficas da Guiné-Bissau.

A Política Florestal da Guiné-Bissau recomenda no seu Plano Florestal os seguintes eixos prioritários:

- Gestão agrária - definição legal do espaço florestal, independentemente do seu estatuto e delimitação;
- Criação de um observatório agrário;
- Elaboração e implementação de um plano diretor de desenvolvimento florestal comunitário, participativo e descentralizado, em benefício das coletividades locais;
- Redução da pressão sobre as florestas de acordo com a intensificação da agricultura e a criação de gado, com vista a estimular a melhoria dos solos;
- Melhoria da gestão florestal através da sua conservação, valorização e regeneração;
- Atribuição de um valor mais expressivo à madeira não cortada, implementando disposições fiscais e aduaneiras;
- Implementação de um programa pragmático de investigação a longo prazo, sobre os ecossistemas frágeis.

3.1.0.5. Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas (PEDP)

No quadro da exploração dos recursos pesqueiros, este Plano prevê um aperfeiçoamento do sistema de controlo e fiscalização da pesca, no que diz respeito ao seguimento científico e de gestão de recursos, assim como algumas medidas com vista à utilização durável dos mesmos, (PEDP, 2015).

A par deste plano, o setor das pescas guineense possui todo um quadro legal (leis, decretos, regulamentos, etc.) que permite uma boa gestão de um dos recursos naturais mais importantes do país.

3.1.0.6. Plano Diretor e Zoneamento Turístico da Guiné-Bissau e Bijagós (PDT)

O documento em análise, apesar de não prever um ordenamento deste setor, possui um conjunto de propostas de expansão de infraestruturas turísticas. Algumas dessas propostas apresentam as possibilidades de localização dessas infraestruturas em áreas muito delicadas e passíveis de criar conflitos, como florestas sagradas. Daí a necessidade da sua revisão e atualização, (PDT, 2015, em processo de elaboração).

De salientar que o Plano Diretor do Turismo demonstra, de uma forma clara, os perigos que a prática de um turismo de massa pode representar para a biodiversidade em particular e para o ambiente, em geral.

3.1.0.7. Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau (PGUB)

O Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau (PGUB) é o único plano disponível no que se refere à maior cidade da zona costeira. Ele propõe a criação e manutenção de zonas verdes, contando que estas áreas sejam formadas por uma ampla gama de diversidade florestal e de plantas, (PGUB, 2006).

Este Plano recomenda que as zonas húmidas e baixas (bolanhas), dentro e fora dos limites de Bissau, sejam ocupadas com culturas vocacionadas, por exemplo, os mangais. Também recomenda a manutenção, o ordenamento dos espaços verdes e a formação de zonas, devendo insistir-se na rigorosa proteção das existentes e na plantação de novas árvores ao longo das avenidas e ruas.

3.1.0.8. Carta de Política de Desenvolvimento Agrícola (CPDA)

Datado de 1997, este documento estabelece a estratégia e prioridades nos domínios da produção agrosilvopastoril e pesquisa agrária, cujos objetivos principais são a garantia da

segurança alimentar, o aumento e a diversificação das exportações agrícolas, a gestão racional dos recursos e a melhoria da qualidade de vida da população (CPDA, 1997).

O documento apresenta ainda de maneira coerente as diferentes políticas sub-setoriais (agricultura, pecuária e florestas) e suas interações com outros setores, nomeadamente, pescas, obras públicas, recursos naturais, ambiente, educação, promoção do género e comércio. Entretanto, constatou-se que a agricultura é o setor que mantém uma relação mais estreita com a desertificação, tendo em conta as pressões florestais, a agricultura itinerante e as desmatações com vista à plantação de anacardos.

A nova política florestal traduzida na CPDA, atualizada em 2002, visa essencialmente a responsabilização da população e comunidades rurais no que diz respeito à gestão dos recursos e dos espaços.

3.1.0.9. Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)

A estratégia de luta contra pobreza (DENARP, 2011) decorre das decisões provenientes do estudo prospetivo a longo prazo, cujo horizonte é fixado para o ano de 2025, à semelhança do que acontece nos restantes países-membros do CILSS. Os seus objetivos a longo prazo assentam nos compromissos nacionais e internacionais definidos durante vários encontros, incluindo a Declaração do Milénio, a Conferência sobre Países Menos Avançados, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, etc. Neste documento, é indicado que o desenvolvimento da Guiné-Bissau dependerá da erradicação da pobreza, e, para tal, seria necessário ter em conta não somente os aspetos macroeconómicos, mas também os aspetos sociais, humanos, ambientais e institucionais. Isto significa que devem ser consideradas questões como a boa governação, a luta contra a corrupção, o respeito pelos direitos do homem, a igualdade de género, o reforço das capacidades institucionais, a melhoria da oferta dos serviços sociais, o aumento da produção agrícola e das pescarias, a preservação do ambiente, etc.

Existem ainda muitos outros setores de desenvolvimento económico e social nacional em cujas políticas ainda não foram integradas de forma explícita preocupações ambientais e sociais. Por outro lado, existem setores de desenvolvimento que ainda não dispõem de políticas definidas. Portanto, num ou noutro caso, é fundamental que sejam consideradas e integradas as questões socioambientais, incluindo questões de género, em todas as políticas setoriais de desenvolvimento.

No âmbito da administração setorial e regional, nem todas as unidades administrativas possuem documentos de políticas de desenvolvimento (planos de desenvolvimento) e, por

consequência, nenhuma destas regiões e setores possui programas específicos para a implantação da CDB, apesar da diversidade de riquezas, naturais e sociais que albergam.

2.2. *Quadro Legal (textos internacionais, regionais e nacionais,)*

2.2.1. *Textos legais internacionais e regionais*

A ratificação de várias convenções e iniciativas regionais e internacionais força a Guiné-Bissau a cumprir as suas obrigações através da implementação de todas as disposições relacionadas com o ambiente, particularmente aquelas ligadas ao intercâmbio de informações e cooperação técnica e científica.

No quadro da **Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD)**, o artigo 17º estipula que as partes devem facilitar o intercâmbio de informações pertinentes, a partir de todas as fontes acessíveis ao público, para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. O artigo 18º, no seu ponto 3, estipula que a Conferência das Partes, na sua primeira sessão, determine a forma de estabelecer um centro de troca de informações para promover e facilitar a cooperação técnica e científica.

A **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)** prevê, no seu artigo 6º, que as partes facilitem o acesso do público às informações sobre as alterações climáticas e os seus efeitos e estipula que as partes desenvolvam e troquem materiais e equipamentos destinados à sensibilização do público para estas questões.

A **Convenção de Luta contra a Desertificação (CLD)** prevê, no artigo 19º, que as partes formem membros de organizações rurais em abordagens participativas para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais; incentivem a utilização e difusão de conhecimentos, do saber-fazer e práticas locais da população, adaptando tecnologias ambientalmente saudáveis e métodos tradicionais de agricultura e pastorícia pertinentes às condições socioeconómicas modernas.

A **Convenção sobre as Zonas Húmidas** de importância internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas, usualmente chamada de **Convenção de Ramsar**, serve como quadro para a cooperação internacional em matéria de conservação e de uso racional de ecossistemas das zonas húmidas.

A **Convenção sobre o Comércio Internacional de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas, (CITES)** tem como objetivo principal evitar a sobre-exploração de espécies oriundas das operações internacionais, particularmente do comércio internacional. Ela encoraja os Estados Contratantes a cooperar para tornar sustentável o uso de espécies. Cada Estado Contratante deve, designadamente, fornecer informações sobre as suas espécies ameaçadas de extinção, a fim de beneficiar do apoio internacional para sua proteção.

A **Convenção de Bamako** reporta-se à interdição da importação de lixos perigosos para África, à gestão do lixo africano e ao controlo das movimentações transfronteiriças do continente.

A **Convenção de Abidjan** e seus protocolos (1981) é a convenção para a cooperação em matéria de proteção e desenvolvimento do meio marítimo e litoral da região da África Ocidental, Central e Oriental.

Até a presente data, a Guiné-Bissau assinou e ratificou um certo número de compromissos internacionais relativos ao ambiente (Ministério dos Negócios Estrangeiros; Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau - Resoluções nº 22 a 40/2005).

Tabela 1: Relação de acordos multilaterais ambientais assinados pela Guiné-Bissau

Convenção sobre a Proteção do Património Mundial Natural e Cultural (UNESCO)
Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos (Basileia)
Convenção sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem
Convenção de Estocolmo
Convenção de Roterdão
Convenção de Abidjan
Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e os Recursos Naturais
Convenção para a Cooperação na Proteção e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro na África Ocidental e Central
Convenção de Aarhus sobre a participação no processo de tomada de decisão e o acesso à justiça no âmbito do ambiente
Convenção de Montreal (Viena)
Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)
Convenção sobre avaliação de impactos ambientais
Protocolo de Cartagena sobre a segurança biológica
<i>A Lei do Mar</i>

2.2.2. *Textos legais nacionais*

A defesa do ambiente e dos recursos naturais é tarefa de todos, mas principalmente do Estado que, através da elaboração de estratégias políticas e legislação ambiental, adota programas e normas específicas, do âmbito nacional e internacional, para a conservação e uso sustentável desses recursos. É nessa ótica de regulamentação do referido setor, no que diz respeito à gestão, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, que o quadro legal da Guiné-Bissau está repleto de legislações ambientais. Eis alguns documentos pertencentes à conservação ambiental no país:

A ***Lei de Bases do Ambiente (LBA)***, Lei nº 01/2011 de 2 de março, é considerada a Lei-mãe e Geral do Ambiente, pois traz grandes linhas orientadoras da política do setor do ambiente do país, especificamente no seu artigo 2º, em que apresenta o propósito da lei que define as bases legais para uma utilização e gestão adequada do ambiente e seus componentes. Esta lei tem em vista a concretização de uma política de desenvolvimento sustentável do país. O artigo 6º define as grandes medidas da política ambiental do país, os artigos 7º a 16º os componentes ambientais e o 28º os instrumentos de gestão ambiental.

A ***Lei de Avaliação Ambiental***, Lei nº 10/2010 de 24 de setembro, estabelece, no seu artigo 1º, as normas e os procedimentos administrativos de Avaliação Ambiental aplicáveis a todos

os projetos, programas, planos e políticas de desenvolvimento socioeconómico, público e privado. A sua implementação é suscetível de acarretar impactos prejudiciais à saúde humana, no ambiente natural e construído. Esta lei regula igualmente as regras gerais da gestão administrativa do processo de avaliação ambiental e fixa os princípios gerais e específicos, as metodologias e as técnicas aplicáveis nestes processos.

No que diz respeito à biodiversidade, o país conta com a *Lei-Quadro das Áreas Protegidas (LQAP)* atualizada pelo Decreto-Lei nº 5-A – 2011 de 01 de março, publicada no Boletim Oficial nº 9 de 01/03/2009. Esta lei, apesar da sua especificidade e limitações, comuns a outras leis nacionais, reúne as regras de criação, classificação e gestão das Áreas Protegidas, com vista à conservação e valorização da biodiversidade na Guiné-Bissau.

Ela apresenta no seu artigo 2º os seguintes objetivos:

- Salvar as espécies animais, vegetais e de habitats ameaçados
- Salvar os biótipos e formações naturais de reconhecido interesse, bem como sítios de interesse cultural
- Conservar e recuperar habitat da fauna migratória e seus corredores
- Promover a investigação e pesquisa científicas e ações de Educação Ambiental
- Defender, conservar e valorizar as atividades e formas de vida tradicionais não lesivas ao património ecológico
- Proteger e valorizar as paisagens únicas, raras ou típicas, cujo valor cénico lhes confira interesse especial
- Promover e apoiar o desenvolvimento e utilização durável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades

De referir que a Lei-Quadro das Áreas Protegidas aprova o Regime Jurídico das Áreas Protegidas, porquanto salvaguarda os ecossistemas, as populações animais e vegetais que albergam e a diversidade biológica. Também pretende promover a utilização social e económica durável de algumas partes do território nacional, incluindo os cursos de água, os lagos e o mar.

A nova **Lei Florestal**, criada pelo Decreto-lei nº 5/2011, de 22 de fevereiro, publicada no Boletim Oficial nº 8, revoga os decretos de 1999 e de 1991 e define a administração e os diferentes regimes florestais, institui o fundo florestal (as taxas florestais, essencialmente), as vendas dos produtos, e a proteção da zona florestal na proximidade de fontes, ao longo de cursos de água, lagos e lagoas.

Esta nova lei considera a avaliação ambiental para as indústrias madeireiras, o que constitui uma inovação. Outros aspetos positivos são a expressão da vontade de intensificar a descentralização administrativa, reforçar a gestão comunitária da floresta, racionalizar a gestão florestal e reformar a tributação da floresta para a tornar socialmente mais justa e economicamente mais eficiente. O regulamento florestal, Decreto 44531 de 12 de novembro de 1962, data do período pré-independência.

2.3. Quadro institucional

A troca de informações e a cooperação científica e técnica no domínio da biodiversidade envolvem, ou devem envolver, vários ministérios e a Secretaria de Estado do Ambiente, fundamentalmente através do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas.

Entretanto, algumas instituições ou ministérios nacionais, tais como Agricultura, Recursos Naturais, Secretaria do Ordenamento do Território, Instituições do Ensino Superior e de Investigação Científica, devem também fazer parte do CHM.

Importa salientar que o setor ambiental na Guiné-Bissau foi institucionalizada em 1994, depois das primeiras eleições multipartidárias. Essa instituição era a Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato (SETAA) que, logo na primeira remodelação governamental, realizada em 1996, foi elevada à categoria de Ministério do Turismo Ambiente e Artesanato (MTAA). A Direção Geral do Ambiente foi também instituída a partir dessa data, apesar de hoje receber a denominação de Secretaria de Estado do Ambiente.

Tabela 2: Relação das instituições de estado e organizações nacionais ligadas ao ambiente e conservação da Biodiversidade

INSTITUIÇÕES	MISSÃO E ATRIBUIÇÃO	RAZÕES DA IMPLICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	CONTRIBUTO PARA O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CHM
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR			
Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional Popular para Agricultura, Recursos Naturais, Pesca, Ambiente, e Turismo (CEP-ANP-ARPAT)	- Fiscalizar a implementação das políticas setoriais do Governo.	- Órgão facilitador e de seguimento da implementação das políticas do Governo no domínio das Convenções.	- Legislação no domínio da Convenção para uso sustentável.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DAS COMUNIDADES			
Direção Geral de Cooperação Internacional	- Promover a política de cooperação internacional do Governo.	- Depositário de todas as Convenções e tratados, cujos quais o país se vincula.	- Interlocutor junto aos parceiros bi e multilaterais; - Assinatura dos projetos e programas de cooperação.
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE			
Célula de Avaliação de Impacte Ambiental	- Administrar o processo de Avaliação Ambiental; - Assegurar o seguimento e monitorização dos projectos e planos licenciados (implementação dos PGAS);	- Assegura a implementação da política de salvaguarda ambiental e social; - Assegura a participação pública; - Seguimento, monitorização e aplicação de medidas minimizadoras de impactos segundo o PGAS.	- Assessoria técnica; - Assegurar a participação das populações na tomada de decisão; - Fornecimento de dados e informações.
Direção Geral do Ambiente	- Conceber, executar e coordenar políticas e ações ambientais; - Elaborar e propor ao Governo programa e posição nacionais, bem como orientações gerais para a área do ambiente.	- Ponto Focal da CNUDB e CQNUMC e Ponto Focal Adjunto da CQNUMC; - Representante da Autoridade Nacional Designada (AND); - Ponto Focal (PF) de Fundo de Adaptação; - PF de Fundo de Investimento Climático; - PF GEF.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados; - Participação em Conferências Internacionais.

Direção Geral do Desenvolvimento Durável	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar, propor e executar políticas e estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais; - Elaborar e promover estudos e ações com vista à gestão durável dos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar nas ações de fiscalização, do comércio, circulação e detenção de espécies selvagens em risco; - Participar no processo de identificação e classificação de áreas protegidas e degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados; - Participação em Conferências Internacionais.
Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar a política do Governo no domínio da gestão da Diversidade Biológica nas Áreas Protegidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão das AP's e conservação da DB a nível nacional; - Coordena, orienta, implementa e supervisiona a definição da política nacional e a execução das ações de proteção, conservação e preservação da biodiversidade, das zonas protegidas, dos parques e reservas naturais nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados; - Estabelecimento de parcerias com vista ao reforço das capacidades nacionais.
Gabinete de Planificação Costeira (GPC)	<ul style="list-style-type: none"> - Inventariar e seguir a biodiversidade e as questões de ordenamento do território; - Implementar os mecanismos de seguimento e avaliação das ações a nível do litoral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seguimento e avaliação dos ecossistemas e das espécies; - Análise espaço-temporal de ocupação dos solos; - Proteção das zonas húmidas; - Seguimento da dinâmica da zona costeira; - Sistema de Informação Geográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			
Direção Geral da Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar a política do Governo nos domínios de agricultura e desenvolvimento rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupa-se de atividades de gestão das terras agrícolas, da floresta e pecuária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
Direção Geral das Florestas e Fauna	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar a política do Governo para o setor das florestas e fauna e gestão racional dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seguimento e conservação dos solos e florestas; - Promoção de plantação de árvores, gestão 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização; - Elaboração de relatórios;

		de madeira e carvão a nível nacional.	- Fornecimento de dados.
Direção Geral da Pecuária	- Implementar a política do Governo no setor da pecuária e veterinária.	- Seguimento de pastos, sanidade animal e transumâncias.	- Assessoria técnica; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA)	- Realizar pesquisa agrária dos ecossistemas florestais frágeis, da natureza do solo e das espécies cultiváveis; - Desenvolver as pesquisas agrícolas nos domínios da rizicultura, fruticultura e de introdução de novas tecnologias agrícolas.	- Setor-chave de pesquisa na área de agricultura; - Observação e seguimento da evolução dos ecossistemas naturais.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			
Direção Geral da Meteorologia Nacional	- Estudar, promover, coordenar e executar as medidas e ações da política governamental no domínio da meteorologia; - Instalar e desenvolver os sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar; - Recolher, tratar, analisar e fornecer dados nos domínios da meteorologia, da qualidade do ar e da geofísica aos diferentes agentes económicos nacionais e estrangeiros.	- Monitoriza o tempo e o clima; - Completa, organiza e assegura o funcionamento das redes de observações sistemáticas; - Elabora estudos de modelização climática e cenários climáticos; - Colabora com todos os serviços públicos ou privados e organismos de investigação nas áreas relacionadas com as suas atribuições.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados; - Estabelecimento de cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria.
MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS			
Direção Geral dos Recursos Hídricos	- Elaborar e implementar a política governamental em matéria de planificação, mobilização, gestão e	- Integração na política e estratégia de gestão e de planificação dos recursos hídricos; - Participação nos estudos de vulnerabilidade	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização, monitorização;

	<p>preservação das águas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ordenar as grandes obras hidráulicas, assegurando a sua manutenção e gestão. 	<p>dos recursos hídricos e opções de adaptações ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados; - Investigação.
Direção Geral de Geologias e Minas	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar políticas do Governo no domínio da exploração dos recursos naturais (renováveis e não renováveis). 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração na política e estratégia de gestão e de planificação dos recursos mineiros e petrolíferos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
Instituto Nacional de Investigação e Tecnologia Aplicada (INITA)	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver trabalhos pioneiros no domínio de vulgarização de tecnologias alternativas e seu aproveitamento, assim como da apropriação de tecnologias de racionalização dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de racionalização de tecnologias em relação ao ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
MINISTÉRIO DA ENERGIA E INDÚSTRIA			
Direção Geral de Energia	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implementar a política do governo no domínio da energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Papel na política nacional em matéria de energias renováveis e projetos de investigação e desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
Direção Geral da Indústria	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implementar políticas do Governo no domínio da indústria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de atividades industriais relacionadas com o ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados.
SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS E ECONOMIA MARÍTIMA			
Direção Geral da Pesca Artesanal	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implementar a política do Governo no domínio da pesca artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de informações sobre a gestão dos recursos haliêuticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.
Centro de Investigação de Pesca Aplicada (CIPA)	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir laboratório especializado no domínio das pescas (pesquisa e gestão dos recursos haliêuticos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos e pesquisas haliêuticos sobre a Zona Económica e Exclusiva da Guiné-Bissau nos domínios físicos e biológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação, fiscalização; - Elaboração de relatórios; - Investigação; - Fornecimento de dados e informações.
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E ARTESANATO			

Direção Geral do Comércio Externo	- Elaborar e implementar políticas governamentais no domínio do comércio, indústria e artesanato.	- Gestão de atividades comerciais relacionadas com o ambiente.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO			
Direção Geral do Turismo	- Elaborar e implementar políticas do Governo no domínio do turismo.	- Gestão de atividades turísticas.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO NACIONAL			
Direção Geral do Ensino	- Implementar a política do Governo em matérias de Educação nos diferentes níveis na Guiné-Bissau.	- Coordenação de ações de formação, capacitação e informação no domínio do ambiente por vias de programa Palmeirinha.	- Assessoria técnica; - Elaboração de relatórios; - Investigação; - Fornecimento de dados e informações.
Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE)	- Implementar a produção de manuais e livros escolares.	- Participa na IEC no domínio do ambiente.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.
Centro de Estudos Ambientais e de Tecnologias Apropriadas (CEATA) / INEP	- Realizar estudos e pesquisa fundamental e aplicada no domínio ambiental.	- Promove o desenvolvimento de estudos e de pesquisa fundamental e aplicada nos domínios do ambiente e ciências naturais; - Adota tecnologias apropriadas para reduzir os impactos negativos de intervenção dos fatores naturais e antrópicos no meio ambiente, em geral e os recursos da biodiversidade, em particular.	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Investigação; - Fornecimento de dados e informações.
MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA			
Direção Geral da Saúde Pública	- Implementar a política do Governo em matéria de saúde pública.	- Vigilância da saúde pública.	- Assessoria técnica; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.
ONG's			
AD, ALTERNAG, TINIGUENA, Palmeirinha,	- Fomentar ações de proteção ambiental particularmente nos	- Capacidade e experiencia na gestão da problemática de Gestão dos Recursos	- Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação;

UICN, SWISSAID, NANTYNIAN, KAFO, APRODEL	domínios de: formação, sensibilização, repovoamento, gestão, género, etc) ao nível local;	Naturais; - Divulgação da informação sobre as Convenções de Rio e a problemática da Gestão Ambiental.	- Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.
SETOR PRIVADO			
Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS)	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento económico; - Desenvolver e reforçar os setores comerciais e industriais; - Participar e contribuir para o crescimento económico e aumento da competitividade nacional; - Fomentar/participar na transferência de tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação e contributo no reforço do setor comercial, do tecido industrial nacional; - Desenvolvimento socioeconómico do país; - Contributo para a transferência de tecnologias modernas adaptadas às necessidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica; - Seguimento, avaliação; - Elaboração de relatórios; - Fornecimento de dados e informações.

3. CAPACIDADE DE RECOLHA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

3.1. *Histórico do CHM na Guiné-Bissau*

Dados oficiais indicam que a Guiné-Bissau começou a implementar o CHM em 2013, com a nomeação do Ponto Focal Nacional. No ano seguinte, deu-se início às atividades com a apresentação do CHM às diferentes instituições e pontos focais nacionais no domínio do ambiente. O resultado deste encontro foi a criação de um Comité de Gestão para desenvolver uma estrutura de implementação nacional do mecanismo, responsável por identificar e delinear as estratégias de abordagem com as instituições, redes e outros intervenientes com vista à dinamização das atividades da organização.

Vários encontros foram realizados com a finalidade de dinamizar as ações para a elaboração da Estratégia Nacional, o respetivo Plano de Ação e a identificação das prioridades.

No quadro do *Mecanisme Clearing House*, a Guiné-Bissau beneficiou de formações e participou em ateliês, como sejam:

- Em 2014, Ateliê Regional do CHM para os países membros, em Buea, República de Camarões;
- Em 2014, Ateliê para a Promoção da Cooperação Sub-regional e Implementação do Centro de Troca de Informações sobre a Biodiversidade (CHM), Cotonu, República de Benin;
- Em 2015, Formação dos Gestores de *Websites* dos Centros de Trocas de Informações (CHM), Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique (IRSNB).

Tudo isso culminou com a criação de um *website* (www.biodiv.be/guine-bissau), apoiado pelo CHM-Belga, tendo por missão divulgar a convenção e as atividades realizadas a nível nacional. Nesta senda foi igualmente elaborado e aprovado um microprojecto que visa a implementação e o reforço de capacidades de estudantes e camponeses, em termos de educação ambiental.

3.2. *Capacidade de coleta e de difusão de informação*

3.2.1 *Coleta de informação nas estruturas do Estado*

1. *Secretaria de Estado do Ambiente*

Ao nível do gabinete do Secretário de Estado e das duas Direções, estão disponíveis muitas informações, nomeadamente:

- Atas de assinatura de acordos e tratados nacionais, regionais e internacionais;
- Leis e documentos ambientais estratégicos;
- Documentos sobre os seminários e ateliês realizados;
- Discursos relativos às atividades ambientais;
- Políticas, planos e programas setoriais;
- Etc.

- ***Célula de Avaliação de Impacte Ambiental (CAIA)***

Nesta instituição podem ser encontrados:

- Estudos de impacto ambiental;
- Planos de gestão ambiental;
- Guias setoriais de referência;
- Etc.

- ***Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)***

Neste instituto podem encontrar-se:

- Estudos sobre a diversidade biológica existente no país e, em particular nas áreas protegidas;
- Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau;
- Planos de Gestão das áreas protegidas;
- Relatórios diversos (anuais, de seminários, de projetos);
- Planos de Ação das Espécies e dos Habitats;
- Avaliação de eficácia de gestão das áreas protegidas;
- Publicações diversas;
- Etc.

2. *Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural*

- ***Direção Geral das Florestas e Fauna***

- Pesquisa agrária sobre a natureza dos solos e das espécies cultiváveis, com incidência nos ecossistemas florestais frágeis;
- Inventário florestal e faunístico;
- Documentos de política, textos de lei e estudos temáticos;
- Estratégias nacionais e planos de ação;
- Estudos temáticos desenvolvidos na área;
- Documentos sobre a divulgação;
- Entre outros.

- ***Direção Geral da Pecuária***

- Relatórios sobre o efetivo animal no país (censo de número de cabeças por espécie);
- Doenças de animais (zoonoses, doenças parasitárias, etc...);
- Estudos e relatórios sobre doenças de gados mais frequentes;
- Situação de campanhas de vacinação de gados (bovinos, caprinos e ovinos) e aves;
- Documentos de política, textos de lei e estudos temáticos;
- Estratégias nacionais e planos de ação;
- Estudos temáticos desenvolvidos na área;
- Documentos sobre a divulgação;
- Etc.

- ***Direção Geral da Agricultura***

- Programas de pesquisa de arroz, de socioeconomia rural, de técnicas agrícolas, etc;
 - Amostra de variedades cultiváveis e essências florestais, resultantes de programas de cooperação com outros centros internacionais e sub-regionais;
 - Programa diretor da agricultura e desenvolvimento agrícola;
 - Relatórios sobre situação de campanhas agrícolas;
 - Documentos de política, textos de lei e estudos temáticos;
 - Estratégias nacionais e planos de ação;
 - Estudos temáticos desenvolvidos na área;
 - Documentos de divulgação;
 - Etc.
- ***Direção Geral de Segurança Alimentar***
 - Documentos de política, textos de lei e estudos temáticos;
 - Estratégias nacionais e planos de ação;
 - Estudos temáticos desenvolvidos na área;
 - Documentos sobre a divulgação;
 - Etc.
- ***INPA***
 - Estudos e relatórios sobre tipos e qualidade de sementes disponíveis no país;
 - Documentos de divulgação;
 - Biotecnologia e biossegurança;
 - Melhoria da fertilidade e da produção agrícola;
 - Luta biológica para a proteção de culturas;
 - Etc.
- ***GAPLA***
 - Estudos, planeamento e seguimento das atividades agrícolas;
 - Políticas agrícolas;
 - Planos diretores;
 - Projetos agrícolas;
 - Estratégias agrícolas;
 - Planos de ação;
 - Etc.
3. **Ministérios dos Recursos Naturais**
- ***Direção Geral dos Recursos Hídricos***
 - Mapas de distribuição de recursos em água;
 - Esquema Director de Água e Saneamento;
 - Documentos de política de água e saneamento;
 - Relatórios de sondagens para furos de água;
 - Entre outros.

- ***Direção Geral de Geologia e Minas***
 - Cadastro mineiro;
 - Estudos e cartografia geológica;
 - Relatório de prospeção mineira;
 - Informações sobre as reservas geológicas;
 - Estudos de viabilidade mineiro;
 - Etc.

4. Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima

Através do Centro de Investigação e Pesquisa Aplicada (CIPA) e das Direções de Pesca Artesanal e Industrial:

- Estudos sobre a situação das pescas no país;
- Avaliação e gestão de recursos vivos;
- Estatísticas pesqueiras;
- Estudos e pesquisas no domínio dos recursos haliêuticos;
- Campanhas de pesca experimental;
- Censo de pescadores, embarcações de pesca e tipos de pesca;
- Licenças de pesca emitidas.
- Etc.

5. Ministério da Educação Nacional

Através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE) e a Direção Geral do Ensino podem ser encontradas pesquisas fundamentais aplicadas em vários domínios, tais como:

- Ciências sociais, económicas e naturais aplicadas ao ambiente;
- Diversos estudos e projetos;
- Análises de espaços e seguimentos do meio;
- Importantes informações sobre o estado de diferentes ecossistemas e do meio natural da zona costeira e nas AP's;
- Etc.

3.2.1.1. Recolha de informações através das ONGs nacionais e internacionais

A recolha de informações, efetuada pelas organizações não-governamentais é realizada a partir de trabalhos de investigação individuais ou em coparcerias. A sua divulgação é feita normalmente através de relatórios, publicação de livros, boletins, revistas, folhetos, *websites*, rádios, televisão, internet, entre outros meios. Segue-se abaixo a lista de algumas organizações cujos trabalhos são frequentemente difundidos:

6. ONG Ação para o Desenvolvimento, AD

Esta ONG realiza inúmeras ações relativas ao desenvolvimento do país. Assim sendo, foi membro da Iniciativa de Cantanhez, uma ação conjunta de várias ONG's com vista à proteção das últimas manchas da floresta húmida da Guiné-Bissau.

A ONG AD desenvolve um papel muito importante no que diz respeito à mobilização e sensibilização pública nas suas zonas de intervenção (Bissau, Sul e Norte), através da

criação de rádios comunitárias, a saber: rádio Voz de Quelelé, no norte, rádio Kassumai e rádio Voz do Rio Cacheu (com a coparticipação do IBAP) e, no sul do país, rádio Lamparam. Criou ainda uma rede de Escolas de Verificação Ambiental no norte do país, o que tem inspirado outras instituições vocacionadas para o ensino e o ambiente, sobretudo na forma de adaptar o ensino às realidades locais.

7. ONG Tiniguena, "Esta Terra é Nossa"

Tiniguena é uma ONG da Guiné-Bissau, criada em 1991, com a missão de promover um desenvolvimento participativo e sustentável, baseado na conservação dos recursos naturais e culturais e no exercício da cidadania. Atua nas ilhas Urok desde o ano 2000, tendo animado o processo de diálogo sistemático entre as diversas comunidades residentes, o que veio a resultar na criação oficial das Áreas Marinhas Protegidas Comunitárias das ilhas Urok, em 2005.

Esta organização não-governamental trabalha também noutras regiões do sul da Guiné-Bissau (Zona Verde – Região de Quinara e Catanhez – Região de Tombali), reforçando nas comunidades locais a apropriação e valorização dos espaços e recursos naturais e estratégias para a autosuficiência alimentar, económica e sócio-cultural.

Tiniguena efetua ainda, a nível nacional, ações de informação, sensibilização e educação do público e dos decisores no sentido da conservação e valorização da biodiversidade e do património natural e cultural nacional, através do programa radiofónico Geração Nova de Tiniguena, difundida na Rádio Sol Mansi. Promove também visitas de estudo, sessões de debates, feiras, etc, com vista ao conhecimento do património cultural, histórico e natural do país.

8. GAECA Palmeirinha

A Palmeirinha foi criada no ano de 1992 no quadro dos programas de Educação e Comunicação Ambiental da UICN, na Guiné-Bissau. Este programa tinha como objetivo principal sensibilizar os alunos de idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos sobre o seu meio ambiente imediato, aumentando o conhecimento nestas idades e incitando a transmissão desses conhecimentos aos adultos, através das informações concretas e fiáveis do boletim Palmeirinha.

Em 2004, este programa transformou-se no Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental, GAECA PALMEIRINHA. A nova organização tem como objetivo prosseguir as ações de Educação e Comunicação Ambiental nas Áreas Protegidas no seio da sociedade guineense, com vista a uma gestão e utilização durável dos recursos naturais e da biodiversidade. A sua missão principal é a de educar a sociedade para a conservação do ambiente e conciliar as especificidades sociais e culturais com a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. A GAECA PALMEIRINHA intervém em torno de três grandes vertentes, pedagógica, ambiental e socioeducativa. Conta ainda com as seguintes atividades:

- Elaboração, produção e distribuição de materiais didáticos, pedagógicos e o boletim Palmeirinha (com variados temas sobre a biodiversidade, ecossistemas e recursos naturais) nas escolas;

- Formação de professores e jornalistas em técnicas de animação, educação, comunicação ambiental e exploração do meio ambiente;
- Produção e difusão de programas e emissões radiofónicas sobre problemáticas ambientais;
- Capacitação de guardas dos parques, grupos de interesses económicos, entre outros;
- Criação de redes de professores e realização de projetos pedagógicos nas áreas protegidas;
- Produção de diferentes cartazes sobre as espécies;
- Criação de viveiros e repovoamento florestal;
- Transformação e valorização dos produtos florestais não-lenhosos, entre muitas outras.

9. Fundação Tchimbo – Dari di Bo

É uma ONG Internacional que desenvolve atividades de conservação da biodiversidade no setor de Boé e cujo eixo principal de intervenção é orientado para a proteção dos chimpanzés.

A fundação executa várias ações de pesquisa com apoio da ONG Nacional Dari di Bo. Entre os resultados alcançados no âmbito do programa da conservação encontra-se a abolição completa de caça aos chimpanzés. Atualmente desenvolve vários estudos com voluntários europeus, sobre pequenos mamíferos e fenologia de espécies vegetais de interesse para a alimentação de chimpanzés. Por conseguinte, as diversas publicações de autoria dos estudantes e voluntários da Tchimbo, no domínio da fauna e flora, constituem instrumentos para gestão e proteção de habitat, sob gerência do IBAP.

No âmbito do turismo, a Fundação apoiou a construção do acampamento turístico e deu assistência à associação local Fonda Houua, na área de gestão. Por outro lado, criou bancos de cereais para diminuir o sofrimento das comunidades nas épocas de escassez de alimentos de primeira necessidade.

Atualmente realiza programas de educação ambiental voltados para consciencialização das comunidades sobre mineração sustentável e apoia a criação de associações locais para dinamizar ações de informação, educação e defesa dos interesses da comunidade, como forma de se acautelar sobre futuras intervenções da empresa mineradora no setor de Boé.

10. Fundação Internacional do Banco de Arguim, FIBA - MAVA

Fundação de direito suíço, criada em 1986 pela iniciativa do Dr. Luc Hoffmann e de várias organizações internacionais dedicadas à pesquisa e conservação da natureza. Atualmente integra-se no MAVA (Fundação para a natureza). A sua missão consiste em apoiar a conservação, valorização e promoção do Banco de Arguim, considerado modelo de gestão para a ecoregião e para outros ecossistemas litorais críticos oeste africanos, que promovem desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Com a sua experiência, através do Parque Nacional do Banco de Arguim, PNBA na Mauritânia, a FIBA alargou a sua área de intervenção para a Costa Oeste Africana. Ela abriga e apoia a Rede de Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental (RAMPAO) e

ajuda a fortalecer as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) na sub-região. A FIBA é parceira do PRCM, membro da IUCN e do CFA (Fazenda Aliança de Conservação).

11. A União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN

Fundada em 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza, da qual a Guiné-Bissau é membro, é a maior e uma das mais antigas organizações ambientais mundiais a atuar neste país. Ela desenvolve e apoia a ciência da conservação da natureza, especialmente no que diz respeito às espécies, ecossistemas, biodiversidade e seu impacto sobre o modo de vida de seres humanos.

Considerada atualmente líder na sua área de intervenção, no que diz respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, é a maior rede mundial de profissionais da conservação. A UICN conta com mais de 1.200 organizações em 140 países, incluindo 200 governos ou organizações não-governamentais e 800 organizações não-governamentais, levando milhares de projetos de campo em todo o mundo, com vista a gerir melhor os ambientes naturais.

Na Guiné-Bissau, a UICN começou a atuar desde 1988, através do programa das Zonas Húmidas, em que apoiou a criação do Programa da Planificação Costeira. A UICN atua no país, como facilitador de diferentes atividades no domínio do ambiente, dando apoio através da assistência técnica, circulação de informação, procura de financiamento, formação do pessoal, entre outros.

Colabora ainda com instituições de estado, ONG's, instituições de pesquisa e associações de base. Apoia a criação de redes sub-regionais para uma melhor valorização de competências e também a criação de quadros de cooperação entre instituições similares nacionais. Esta ONG internacional tem sido parceira do Governo da Guiné-Bissau no domínio do ambiente, concretamente nas principais iniciativas que tiveram lugar nos últimos dez anos.

12. A SWISSAID

É a ONG suíça que, através dos seus parceiros nacionais, tem ajudado no apoio à descoberta do património natural, cultural e histórico da Guiné-Bissau, como também na valorização e utilização durável dos recursos da biodiversidade. Canaliza o seu apoio de forma direta às Associações de Base na área de Farim, Ilhas Bijagós, etc.

3.2.2. Redes existentes para a troca de informações sobre a Biodiversidade

3.2.2.1. Redes Nacionais

- **Rede Parlamentar do Ambiente e Desenvolvimento Durável**

A Guiné-Bissau ocupa, quer na sub-região, quer na África Central, quer mesmo a nível mundial, um lugar importante no domínio do ambiente. Por isso, a conservação e gestão durável dos recursos naturais deve merecer uma atenção especial por parte dos órgãos de soberania nacional. Esta rede funciona como elemento catalisador de informações e conhecimentos relativos ao ambiente, fornecidos ao parlamento nacional. Facilita e propaga assuntos relacionados com a defesa do ambiente e desenvolvimento durável, a

boa gestão dos recursos do país, o que pode contribuir para a redução da dependência externa relativamente a vários problemas, como sejam, a importação de produtos alimentares e outros.

- **Rede Nacional das Rádios Comunitárias**

A Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC) é uma associação que favorece a coordenação, cooperação, intercâmbio e promoção de emissores da rádio comunitária e contribui para o desenvolvimento do movimento de emissão da rádio comunitária na Guiné-Bissau.

A RENARC procura desenvolver e incrementar um entendimento geral sobre o conceito e papel da rádio comunitária e promove o seu uso como instrumento para o desenvolvimento, paz, justiça e solidariedade. Contribui também para a democratização da comunicação, indo ao encontro das necessidades e exigências das comunidades, na busca de um equilíbrio no mundo de informação. As actividades desta organização pendem para o ambiente, educação e sensibilização ambiental, desenvolvimento comunitário, entre outros temas.

- **Rede das Escolas de Verificação Ambiental**

A primeira Escola de Verificação Ambiental (EVA) surgiu em 1995, na cidade de Suzana, Norte da Guiné-Bissau, por meio da ONG Ação para o Desenvolvimento, AD.

As EVAs são escolas oficiais com níveis da 1ª à 6ª classes, onde são desenvolvidos programas com componente ambiental, facto que leva as crianças a compreenderem melhor a interrelação que existe entre o homem e o ambiente em que vive, através de uma aprendizagem natural nas disciplinas clássicas de ensino e das ciências da natureza. Determinadas actividades organizadas nessas aprendizagens, como por exemplo, passeios nas matas, estabelecem a relação em torno de temas, renovando a organização do quadro escolar no sentido de uma evolução positiva entre a escola e o meio.

- **Rede de Ecojornalistas**

Criado em 2007, a Rede de Ecojornalistas tem associados 56 Órgãos de Comunicação Social espalhados por todo o país. Efetuam ações com o objetivo de compreender a importância da conservação e gestão sustentável dos recursos naturais guineenses, com vista a sensibilizar as massas através de divulgação e partilha de conhecimentos. Em parceria com as organizações cuja essência é voltada para as causas ambientais, realizam muitos trabalhos como seminários, conferências, debates radiofónicos entre outros.

- **Rede de Professores**

Constituiu um importante instrumento de promoção da educação ambiental. Esta iniciativa tem contribuído para a formação de professores de diversos níveis de educação e de ensino, em temáticas ligadas à Educação para a Sustentabilidade, bem como para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional.

Para a atualização de conhecimentos dos professores, têm sido organizados cursos de formação ambiental e de ecopedagogia de ensino, capacitação de docentes e do pessoal da rede em si, com vista à Coordenação de Projetos de Educação Ambiental.

3.2.2.2. *Redes regionais e internacionais*

- **RAMPAO**

Criado em 2007, a RAMPAO advém da implementação da Estratégia Regional para as Áreas Marinhas Protegidas desenvolvida por diferentes grupos de atores envolvidos. A visão consiste na criação de uma rede coerente de zonas marinhas protegidas na África Ocidental, administradas de forma participativa por instituições fortes, que fomentem a diversidade natural e cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Esta rede tem a missão de garantir, na escala dos países subscritos (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Conakri, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa) e da ecoregião marinha da África Ocidental, a manutenção de um conjunto coerente de habitats críticos necessários ao funcionamento dos processos ecológicos dinâmicos, essenciais para a regeneração dos recursos naturais e conservação da biodiversidade.

- **MAVA, Fundação para a Natureza**

Fundação filantrópica com foco exclusivo sobre a conservação da biodiversidade, foi criada em 1994, cresceu e tornou-se um dos principais fundamentos ambientais da Europa e um dos indispensáveis doadores para a conservação global.

A filosofia de MAVA sempre foi a de trabalhar através de parcerias ao invés de implementar projetos próprios directamente no terreno. Desde o seu começo, tem apoiado mais de 700 projetos, implementados por mais de 280 organizações diferentes. O objetivo é garantir que a natureza e toda a sua riqueza continue a ser um dom precioso, não só para as gerações de hoje, mas também para as vindouras.

- **A Parceria Regional Marinho Costeiro (PRCM)**

Subscvem esta iniciativa os países da sub-região da África Ocidental, tais como: Guiné-Bissau, Senegal, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conacri e Mauritânia. O PRCM é apoiado por quadros das organizações que intervêm no domínio ambiental, na África Ocidental, nomeadamente UICN, WWF, FIBA e Wetlands Internacional.

É a entidade que traça as orientações estratégicas destinadas a guiar os intervenientes da zona costeira no que diz respeito às áreas protegidas marinhas dos países da sub-região, para os próximos 20 anos.

- **Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUE)**

O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUE) é uma agência do sistema das Nações Unidas para o ambiente. Foi criado em 1972 com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Desenvolve os seus programas em seis áreas principais: mudanças climáticas, desastres e conflitos, gestão de ecossistemas, gestão ambiental, substâncias químicas e resíduos e eficiência na utilização de recursos.

A sua missão é oferecer liderança e encorajar parcerias na protecção do ambiente, através da inspiração, informação e capacitação de nações e pessoas com vista a melhorar a qualidade de vida, sem comprometer a das futuras gerações.

- **Fundo Francês para o Ambiente (FEM)**

O FEM é um fundo público bilateral que foi criado em 1994 pelo Governo francês, na sequência da Cimeira do Rio 92. Tem como objetivo promover a protecção do ambiente mundial nos países em desenvolvimento e em transição.

Desenvolve ações tendo em conta os grandes equilíbrios ambientais do nosso planeta, no que diz respeito à luta contra as alterações climáticas; protecção da biodiversidade; preservação das águas internacionais; preservação da camada de ozono estratosférico, entre muitos outros.

Este fundo acrescenta-se à contribuição da França ao Fundo Mundial para o Ambiente (FEM, GEF em inglês) com o qual partilha os mesmos domínios de intervenção. No entanto, o FEM é independente do seu homólogo multilateral, já que dispõe da doutrina de intervenção que lhe é própria, pois trata-se de um instrumento da política francesa de cooperação e de desenvolvimento.

- **WWF**

WWF é uma organização com mais de meio século de existência, sempre trabalhou em benefício da conservação ambiental com a missão de acabar com a degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza.

É conhecida como uma das maiores e mais respeitadas organizações e atua em mais de 100 países, distribuídos pelos cinco continentes. O foco desta organização incide sobre espécies e habitats únicos e tem como estratégia ambiciosa preservar a biodiversidade e alcançar o desenvolvimento sustentável, em todo o mundo.

3.2.3. Análise dos grupos-alvo para o CHM

3.2.3.1. Grupos-alvo que se devem implicar na troca de informações

Os grupos-alvo possíveis são identificados de acordo com os problemas de degradação da biodiversidade selvagem e agro-biodiversidade, na Guiné-Bissau.

Os decisores e os diferentes planificadores, especialmente no setor do ambiente, as comunidades locais, as ONGs e os diferentes parceiros estão implicados pela troca de informações. O CHM deverá sensibilizá-los sobre as diferentes questões de biodiversidade. O CHM deve igualmente implicar-se na transferência de tecnologia e na realização de estudos, para que se possa melhorar o nível de cooperação, apoiando os esforços nacionais para a gestão da biodiversidade.

Tabela 3: Grupos-alvo que se devem implicar na troca de informações

Causas de degradação da biodiversidade	Grupos-alvo específicos	Abordagem com o CHM
Desflorestação para fins agrícolas.	MADR, através de suas direções: DGFF, DGP, DGPV, DGSA	Informação e sensibilização sobre as boas práticas agrícolas e pastorais.
Métodos de cultura inadequados.		
Pastorícia nos ecossistemas naturais.		
Introdução de espécies exóticas invasoras.	Decisores políticos, ANP, Pescadores, Agricultores, DGFF, Alfandegários, CAIA e serviços aeroportuários.	Informação e sensibilização sobre os métodos de luta contra as espécies invasoras e a necessidade de fiscalização.
Pesca e caça ilícita.	Caçadores, população das Áreas Protegidas, pescadores.	Informação e sensibilização sobre os efeitos nocivos e prejudiciais da caça furtiva e sobre técnicas de pesca racional.
Incêndio Florestal.	Pastores, agricultores, apicultores, produtores de carvão, caçadores.	Informação e sensibilização sobre a luta contra as queimadas.
Poluição nas águas dos rios e das lagoas.	Industriais, pastores, população urbana, fabricantes de óleo de palma, de sabão, chefes de tabancas, comités de tabancas, régulos, djargas, himames, professores, pastores, padres entre outros.	Informação e sensibilização sobre a luta contra a poluição e sobre as tecnologias modernas de tratamento de resíduos.
Exploração mineira.	DGGM, CAIA, GTP-IE, ONG's e Associações.	Informação e sensibilização sobre a exploração racional das minas e sobre a necessidade de estudos do impacto ambiental.
Falta de conhecimento sobre o valor da biodiversidade.	Decisores políticos, comunidades locais, outros setores de desenvolvimento, chefes de tabancas, comités de tabancas, régulos, djargas, himames, professores, pastores, padres, etc.	Estudo de avaliação económica da biodiversidade.

Perturbações climáticas persistentes.	Decisores políticos, SEA, Comunidades locais, ONGs, chefes de tabancas, comités de tabancas, régulos, djargas, himames, professores, pastores, padres, etc.	Informação e sensibilização sobre os efeitos adversos das alterações climáticas e sobre as tecnologias para adaptação e prevenção.
Falta de estrutura de coordenação de todas as intervenções de conservação e de gestão sustentável da biodiversidade.	Decisores políticos, SEA, ONGs, Jornalistas.	Sensibilização sobre o estabelecimento de estruturas de coordenação.
Políticas setoriais que não contemplam as dimensões biológicas da biodiversidade.	Decisores políticos, ONGs, Jornalistas.	Sensibilização sobre a integração da biodiversidade nas políticas setoriais.

3.2.3.2. *Sistemas e ferramentas para atingir os grupos-alvo através do CHM*

O quadro a seguir mostra o sistema, as ferramentas e as tecnologias que o CHM pode utilizar para disseminar informações aos diferentes grupos-alvo.

Tabela 4: Ferramentas para atingir os grupos-alvo

Grupos-alvo	Ferramentas
Cientistas e técnicos que trabalham na área de pesquisa.	Fórum na internet para publicar informações, painel de discussão, página web de discussão, emissões de rádio sobre temas-chave, publicidade do CHM para o público em geral.
ONGs, associações locais, sociedade civil.	Ateliês, conferências, quadro de diálogo, página web para cada ONG.
Decisores políticos (governo e parlamento).	Folhetos, programas de rádio e televisão, plaidoyer por grupo, facilitação para um fórum ministerial, jornadas de informação, artigos no jornal e sessões na ANP.
Comunidades locais (agricultores, criadores de gado, pescadores, curandeiros, extrativistas, produtores de carvão, apicultores e artesãos).	Atelier de informação e sensibilização, folhetos e cartazes em crioulo e línguas locais.
Meios de comunicação de massa	Exploração pelos <i>media</i> de todos os espaços reservados para o ambiente.
Responsável de pequenas unidades de transformação.	Emissões radiofónicas, folhetos, sensibilização, ateliês.
Partidos políticos	Ateliês de informação e sensibilização sobre as questões ambientais.

Importadores e exportadores de produtos de recursos biológicos.	Folhetos e situação com exigências ambientais.
Alfândega, polícia (Guarda Nacional)	Formação, guias de identificação de animais e plantas comercializáveis, nomeadamente invasoras e parte de anexo da CITES.
Funcionários da Secretaria de Estado do Ambiente.	Formação sobre a importância da troca de informações e criação de redes.
Administração local, deputados e outros níveis sociais	Ateliers de sensibilização, folhetos e cartazes.
Grupos especiais (mulheres e jovens).	Ateliers de sensibilização, folhetos e cartazes.
Público em geral.	Calendários e agendas com slogans de sensibilização, ateliers de sensibilização e de formação sobre a lei relacionada com o ambiente.

CAPITULO III – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO CHM NA GUINÉ-BISSAU

1. Elementos da Estratégia

Na Guiné-Bissau, a fase de implementação do CHM poderá ser influenciada por vários fatores, nomeadamente a evolução da CBD e a sua ligação com outros Tratados da Conferência de Rio 92. Por outro lado, poderá exigir vários tipos de sistemas de troca de informações, permitindo a evolução da Estratégia e do Plano de Ação Nacional para a Diversidade Biológica.

O CHM da Guiné-Bissau deve ser uma ferramenta para o reforço da implementação da Convenção, de apoio à decisão e de comunicação e de educação e sensibilização.

1.1. Visão nacional

“Daqui a 2020, informações são fornecidas a todas as partes interessadas sobre os conhecimentos científicos e tradicionais, ferramentas, métodos, inovações, tecnologias e melhores práticas para a implementação de Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Diversidade Biológica”.

1.1.2. Eixos estratégicos

Para operacionalizar esta visão nacional, o CHM fixa 3 (três) Eixos Estratégicos, a saber:

Eixo 1: Disseminação de informações, conhecimentos, dados, ferramentas, tecnologias e práticas de sensibilização para a implementação da CDB;

Eixo 2: Reforço de capacidades do centro de troca de informação, em matéria de biodiversidade;

Eixo 3: Criação de um mecanismo financeiro para CHM da Guiné-Bissau, com vista a operacionalizar as abordagens estratégicas.

Eixo 1: Disseminação de informações, conhecimentos, dados, ferramentas, tecnologias e práticas de sensibilização para a implementação do CDB

Objetivos com meta em 2020:

- Colocar à disposição das instituições, organizações, comunidades locais, setor privado e parceiros, informações socioeconómicas que integram a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas nas políticas, planos e programas setoriais e no modo de vida das comunidades;
- Colocar à disposição das instituições, organizações, comunidades locais, setor privado e parceiros, informações que visam a redução das pressões exercidas sobre a biodiversidade e promovem o uso sustentável dos recursos genéticos;
- Colocar à disposição das instituições, organizações, comunidades locais, setor privado e parceiros, informações que salvaguardam os ecossistemas e as espécies;
- Colocar à disposição das instituições, organizações, comunidades locais, setor privado e parceiros, informações que fortaleçam a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e integrem os serviços prestados pelos ecossistemas;
- Facilitar o reforço de capacidades e a melhoria de conhecimentos das instituições, organizações e do setor privado e comunidades locais.

Ações: Comunicação Interna

Objetivo: Proporcionar uma maior interação e ajuda entre os envolvidos no processo CHM, para que todos os membros possam ter um mesmo nível de informação e conhecimento em relação às atividades, etc.

A comunicação interna com intuito de partilha de informações, conhecimentos e experiências é pertinente na implementação do CHM. Esta forma de comunicação circunscreve-se desde o Ponto Focal Nacional CHM a todos os membros do comité e vice-versa. Entretanto, já que visam a realização e o desenvolvimento desta forma de comunicação, as seguintes ações são necessárias:

- + Promoção de reuniões e sessões de esclarecimentos sobre diferentes ações ligadas ao CHM;
- + Promoção de formações internas relativas à biodiversidade e alguns temas relacionados;
- + Restituição de formações nacionais e/ou internacionais, relatórios e outros documentos ou publicações sobre a biodiversidade;
- + Promoção de um ambiente favorável à participação de todos no que diz respeito à concretização e difusão dos objetivos da CDB.

Comunicação Externa

A comunicação externa é a troca de informações entre o CHM e os parceiros, colaboradores e financiadores. Assim sendo, a interação deve começar a partir da estrutura CHM, ou seja, do Comité aos parceiros (universidades, escolas, instituições de pesquisa estatais e privadas, ONG's nacionais e internacionais que atuam na área ambiental), financiadores, etc.

Objetivo: Facilitar a cooperação com as partes envolvidas e apresentar uma imagem favorável do CHM para a sociedade em geral. É através da comunicação externa que se revelam as ações e a importância do CHM no quadro da CDB. Uma das ações fundamentais neste processo de interação é essencialmente a identificação dos potenciais parceiros que atuam em diversas áreas transversais à biodiversidade.

Boletim Informativo CHM

a) Objetivo

Pensou-se no Boletim Informativo do projeto com o objetivo de atingir um público específico possível, diferente do Programa Radiofónico que será destinado a um público diversificado (letrado e iletrado). O Boletim Informativo abrangerá todos os parceiros CHM e a população letrada em geral, interessada em questões ambientais e com foco nos assuntos da biodiversidade e ambiente.

b) Missão do Boletim Informativo: A missão do Boletim Informativo é difundir e mostrar às diferentes camadas sociais as ações ou atividades realizadas ou a serem desenvolvidas pelo CHM. Será também um espaço de aprendizagem de vários temas de reportagens, entrevistas e artigos académicos e técnicos de diferentes vertentes ligados ao ambiente. Todos os temas a serem abordados devem ser de interesse do diversificado público-alvo que abaixo se menciona.

c) Público-alvo: Como disposto no objetivo, o boletim CHM destina-se a qualquer pessoa letrada, interessada em questões ambientais/biodiversidade. Porém, os principais alvos do boletim são as instituições estatais e privadas atuantes neste domínio, parceiros, financiadores, ONG's nacionais e internacionais, estudantes universitários, professores, jornalistas/comunicadores, associações de base, entre muitos outros.

d) Periodicidade: O Boletim Informativo CHM será editado semestralmente.

e) Temas: Educativos sobre a diversidade biológica do país.

f) Entretenimento: o Boletim terá uma sessão de entretenimento que deverá ser recheada com as seguintes ferramentas sobre a diversidade biológica: anedotas, contos, palavras cruzadas, etc.

Programa Televisivo CHM

Conhecido como meio de comunicação completo pelas suas características, a televisão é um dos mais fortes meios de comunicação em massa a nível mundial. A Guiné-Bissau é uma exceção devido às fracas condições económicas das populações (falta da energia, aparelhos de TV, etc), todavia, o governo tem concentrado esforços, de algum tempo a esta parte, no sentido de ver melhorada a situação. Este facto motivou grandemente a população, quer de algumas zonas periféricas da capital, quer de pequenas cidades das regiões do interior, à aquisição de aparelhos televisores.

Apesar de algumas dificuldades mencionadas com relação ao fraco acesso à TV no país, há que considerar uma audiência significativa da população da zona urbana, particularmente da classe letrada. Nesta ótica, percebe-se a necessidade de difundir as ações CHM na TGB, canal nacional, assim como na RTP África, apesar da audiência que têm no País.

- a) **Objetivo:** O objetivo de um programa televisivo CHM é de difundir as informações e promover as ações relativas à situação da biodiversidade da Guiné-Bissau e à necessidade da sua conservação. Este tipo de programa faz-se por meio de imagens da diversidade biológica nacional, entrevistas relacionadas com o assunto, etc, para que se possa despertar o interesse desse público restrito (parceiros, governo e decisores políticos) relativamente aos aspetos ambientais no seu todo, com vista à dinamização das políticas para a sua conservação.
- b) **Público-alvo:** O programa televisivo CHM será dirigido aos parceiros nacionais e internacionais do CHM, decisores políticos, países signatários da convenção, diáspora guineense e todas as pessoas interessadas em questões ambientais/biodiversidade e que tenham acesso à TV.
- c) **Estações de TV para a emissão do programa:** TGB e RTP - África. Esporadicamente, na televisão comunitária de Quelelé e nas existentes no interior do país, concretamente nas áreas protegidas.
- d) **Periodicidade:** Mensal, porém com repetição quinzenal após sua emissão original.
- e) **Duração:** O programa contará com uma duração de 30’
- f) **Horário da Emissão:** Os horários da emissão e repetição, assim como os dias das emissões serão posteriormente definidos com base nos resultados das negociações com estações televisivas a contratar.

Programa Radiofónico CHM

- a) **Objetivo:** Produzir e divulgar informações respeitantes à conservação e utilização racional da biodiversidade, sensibilizando a população para o uso racional de recursos. Para o efeito, há toda a necessidade de se criar um programa radiofónico.

A rádio continua a ser o meio de comunicação mais popular e o de maior alcance público, dado o seu baixo custo e o seu alcance geográfico, pois faz chegar informações às populações de inúmeras zonas longínquas, que ainda hoje não têm acesso a outros meios de comunicação como TV, Jornal, Internet, etc. Assim, “a rádio é o meio mais privilegiado devido às suas características intrínsecas, entre elas pode destacar-se a linguagem oral, a mobilidade, o baixo custo, o imediatismo e a instantaneidade, a autonomia e a penetração” (LOPES, s.d.).

Tendo em conta que é muito importante fazer conhecer o objetivo, a missão, o valor e as ações do *Clearing-House Mechanism* para a salvaguarda da biodiversidade da Guiné-Bissau, torna-se pertinente sensibilizar e capacitar as populações locais no sentido de conviverem de forma harmoniosa com a natureza, daí a importância das emissões radiofónicas dirigidas. Na primeira fase o programa será emitido em crioulo, numa das rádios com cobertura nacional e de maior audiência, a ser identificado através da

pesquisa de campo. Posteriormente irá processar-se em outras línguas locais, de acordo com a necessidade constatada, como forma de facilitar a percepção dos radiouvintes com relação às mensagens a serem difundidas. O que se pretende é atingir o maior número possível de pessoas.

Assim que for reconhecida a necessidade da emissão do programa em línguas nacionais, será necessário identificar e contratar os jornalistas e ou apresentadores para a difusão dos mesmos.

- a) **Missão do programa:** Difundir as mensagens sobre ações do CHM; sensibilizar e capacitar a população sobre a conservação da diversidade biológica; incutir nas pessoas os benefícios não só dessa conservação, mas também da utilização sustentável dos recursos e partilha justa e equitativa dos mesmos, para toda a humanidade.
- b) **Duração do programa:** 45 minutos.
- c) **Característica do programa:** Três (3) primeiras emissões ou programas do mês gravados e a última do mês em direto. As emissões diretas começarão somente após alguns meses de desenvolvimento do programa radiofónico, para permitir que as populações possam identificar o programa.
- d) **Emissão do programa:** Uma vez por semana. O dia e o horário da emissão serão discutidos posteriormente com a direção da rádio e serão identificados de acordo com a grelha de programação existente na mesma e hora de maior audiência.
- e) **Apresentador do programa:** um ou dois jornalistas afetos ao CHM apresentarão em crioulo, em colaboração com os jornalistas a serem contratados para a produção e emissões de programas em línguas locais.
- f) **Público-alvo:** A população em geral e todos os parceiros do CHM.
- g) **Área de intervenção do convidado:** Para cada programa haverá um convidado, que poderá ser um técnico com formação ou conhecimento suficiente em relação ao tema do dia. A ideia é de fornecer aos radiouvintes informações pertinentes e claras, que suscitem interesse e criem discussões positivas e busca de soluções, incentivando a participação dos radiouvintes.
- h) **Música:** (educativa e que incentiva à mudança de comportamento) (Jingle).
- i) **Concursos do programa:** O tema central será sobre a biodiversidade. Os prémios consistirão na oferta de artigos promocionais produzidos para o efeito (t-shirts, chapéus, cadernos, canetas, boletins, cartazes, desdobráveis, calendários, blocos de notas), etc.
- j) **Ofertas do programa:** Uma das formas de incentivar os radiouvintes a participarem no programa, dando as suas sugestões e ou contributos e críticas.

Sessões de Sensibilização em Forma de "Djumbai"

Esta forma de comunicação é designada como de proximidade, tem um carácter especial no seio da sociedade guineense e é muito apreciada por causa da sua natureza.

- a) **Objetivo:** O objetivo da implementação desta comunicação é o de passar a mensagem de uma forma inteligente e cómica, através de teatro sobre o uso

racional e conservação da diversidade biológica da Guiné-Bissau, com vista à mudança de comportamento.

Materiais Promocionais

Uma das formas de dar visibilidade ao CHM é com certeza através de artigos promocionais.

- a) ***Objetivo:*** reforçar a promoção do CHM e das suas atividades.
- b) ***Artigos promocionais:*** dependendo da afectação de meios financeiros, os artigos promocionais que se pretende confeccionar são calendários, desdobráveis, chapéus, t-shirts, cartões-de-visita, agendas, canetas, blocos de notas, entre outros.

Eixo 2: Reforço de capacidades do centro de troca de informação em matéria de biodiversidade

Objetivos a atingir até 2020:

- Reforçar o *website* do CHM da Guiné-Bissau;
- Reforçar o sistema de recolha de informações sobre a biodiversidade;
- Implementar ferramentas clássicas de disseminação da informação para garantir o acesso equitativo à informação.

Ações: *Website CHM Guiné-Bissau:* www.biodiv.be/guine-bissau

a) Objetivo

O *website* acima citado já é uma realidade, graças ao apoio do *Clearing-House Mechanism* belga, através do Instituto Royal de Ciências Naturais da Bélgica. Este último realizou recentemente uma formação para os gestores dos *websites* CHM de alguns países da convenção, cujo CHM se encontra na primeira fase de implementação. Nesta formação foi possível a criação do *website* da Guiné-Bissau, alojado gratuitamente no servidor do CHM belga, como os de vários países africanos.

Assim sendo, trabalha-se atualmente num mundo globalizado e de tecnologias de informação em que a internet se tornou parte integrante desse novo sistema de trabalho e ferramenta muito importante e rápida na difusão de informações.

O número de serviços cresce diariamente, assim como as informações e funcionalidades disponíveis *on line*, por isso há toda a necessidade de se criar um *website* CHM, com conteúdos audiovisuais, textos, fotografias, etc, sobre as atividades e ações desenvolvidas pelo CHM respeitantes à biodiversidade nacional e parcerias existentes. E, pelo facto de o *website* ser um dos componentes para a implementação do CHM, o alojamento é gratuito e a sua atualização é da responsabilidade do comité de pilotagem nacional.

Neste contexto, a existência e a manutenção do CHM guineense estabelece-se como forma de troca de informações e de conhecimentos com todos os países contratantes da convenção sobre a biodiversidade do país.

- b) Público-alvo:** O website CHM conta com diversificado público que aí navega, desde os especialistas nos temas em questão, pesquisadores em matéria ambiental, professores, alunos e simples internautas fascinados pelos trabalhos postados (relatórios, boletins, fotografias, etc).

Relação de Proximidade com os meios de comunicação social

É imprescindível que o CHM trabalhe em estreita colaboração com os meios de comunicação social, pois a principal vantagem é a obtenção gratuita de “publicidades” através de notícias, reportagens, comunicados e notas de imprensa rápidas sobre o CHM e a suas variadas atividades. Esta relação vai permitir que se atinjam muitas pessoas ao mesmo tempo, por cada atividade realizada.

O conhecimento das ações do CHM sobre a diversidade biológica e a mudança de comportamento da população, no que tange à conservação e o uso racional de recursos, pode e deve ser estimulada em parte através da imprensa.

Nesta ordem de ideias, esta proximidade pode ser estimulada através das seguintes ações:

- Ateliê de informação e formação sobre CHM destinado aos jornalistas de diferentes órgãos de comunicação do país, com o intuito não só de promover a interação, mas também de os fazer conhecê-lo;
- Ateliê de formação para jornalistas sobre a diversidade biológica da Guiné-Bissau e a problemática ambiental generalizada, como forma de dotá-los de conhecimentos essenciais no que diz respeito a estes temas e incentivá-los a tê-los como pauta para os seus programas e/ou reportagens;
- Cobertura jornalística no terreno sobre determinados assuntos, entre outras ações.

Relações Públicas

Este é um instrumento valioso para o CHM, pois vai facilitar a cooperação com todos os parceiros e permitirá estabelecer uma comunicação mais estreita e uma relação mais forte com o público, defendendo e difundindo a missão e importância do CHM, no que diz respeito à conservação da biodiversidade.

Objetivo – dar visibilidade ao CHM, fazendo com que a sua existência e as suas ações respeitantes à diversidade biológica da Guiné-Bissau sejam conhecidas.

Diferentes formas de Relações Públicas

Nomeiam-se de seguida diferentes formas de comunicação aplicadas pelas relações públicas:

- a) Informar:** dar informação ou passar conhecimento para outras pessoas. O objetivo desta forma de comunicação é reforçar o saber. Exemplo: relatório anual.
- b) Formar opinião (Pública):** trata-se de apoiar as pessoas a formarem suas opiniões, a tomar decisões ou a mudar comportamentos. Exemplo: informação da imprensa, educação e sensibilização.

c) **Comunicação corporativa:** essa componente leva em conta a identidade corporativa do CHM. Trata-se das seguintes questões: o que é que o CHM pensa atingir e o que é que quer ser. Por exemplo: documentos sobre política de conservação e gestão da biodiversidade etc..

d) **Lobbying:** trata-se de uma atividade de relações públicas, cujo objetivo é manter o equilíbrio entre o CHM e as relações políticas. Por exemplo, promover visitas de ministros, secretários de estado e outras entidades importantes de forma a influenciar as políticas governativas com relação aos objetivos do CHM.

Eixo 3: Criação de um mecanismo financeiro para o CHM da Guiné-Bissau, com vista a operacionalizar as abordagens estratégicas

Objetivos a atingir até 2020:

- Estabelecer um fundo nacional para o CHM;
- Criar um mecanismo de mobilização de recursos financeiros para o CHM.

Ações:

Elaboração de projetos

Realização de atividades que visem angariação de fundos

a) **Objetivo:**

O objetivo destas ações é de mobilizar recursos e ou financiamento, com vista a realização de ações de sensibilização ou reforço de capacidades no que diz respeito à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

b) **Público-alvo:** ONGs nacionais e internacionais que atuam no domínio ambiental, Organismos internacionais/parceiros do desenvolvimento, embaixadas, governo local, etc.

CAPITULO IV – PLANO DE AÇÃO CHM NA GUINÉ-BISSAU

1. Plano de Ação Nacional

O plano de ação desenvolvido nas tabelas abaixo inclui as ações identificadas na Estratégia Nacional de Comunicação do CHM sobre a Diversidade Biológica na Guiné-Bissau.

Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL DE EXECUÇÃO	PERIODO DE EXECUÇÃO	META	INDICADORES	FONTE DE VERIFICAÇÃO	CUSTO (FCFA)
01	Produzir e difundir o Programa Radiofónico CHM	Ponto Focal (PF) - CHM e membros	12 Meses	Programas difundidos	48 programas por ano	Programas gravados e disponíveis em CD's	4. 320 000
02	Atualizar o <i>Website</i> do CHM da Guiné-Bissau	Gestores do <i>Website</i> CHM e todos os membros	Permanente	<i>Website</i> CHM funcional e atualizado	Números de páginas web, repertórios, etc criados e atualizados	<i>Website</i>	Gratuito
03	Produzir o Boletim Informativo CHM	PF-CHM e todos os membros	2 Edições por ano	Boletins editados e divulgados	1000 Boletins CHM editados por ano	Boletins	2.900 000
04	Apresentar o Programa Televisivo CHM	PF-CHM e todos os membros	12 Meses	Programas gravados e emitidos	12 Programas emitidos e repetidos	Programas gravados disponíveis em DVD's	10. 800 000
05	Confeccionar Placas, Dísticos e <i>Outdoors</i>	PF-CHM e os membros	Único	Materiais que informam e sensibilizam	10 Placas, 24 dísticos e 2 <i>Outdoors</i>	Materiais afixados nas ruas e nos parques	Placas – 1.750 000 Dísticos – 480.

							000 <i>Outdoors</i> – 800 000
06	Organizar atelier de informação/formação de jornalistas sobre a biodiversidade na G-B e o CHM	PF-CHM e todos os membros	Anual	Jornalistas com conhecimentos sobre a DB nacional e o CHM	Maior número de jornalistas capacitados	Relatório de formação, lista de presença e fotografias	400 000
07	Conferência de ministros, secretários de estado e outras entidades importantes	PF-CHM e todos os membros	Anual	Influenciar políticas governamentais em relação aos objetivos do CHM	Maior número de pessoas que influenciam as decisões estatais e opiniões públicas sensibilizadas	Notícias nas rádios e televisão, relatório da conferência, lista de participantes e fotografias	500 000
08	Reuniões e sessões de esclarecimentos sobre diferentes ações ligadas ao CHM	PF-CHM	Quadrimestral	Todos os membros devidamente atualizados sobre as ações do CHM	Maior número de membros e organizações atualizados sobre os trabalhos do CHM nacional	Atas das reuniões, lista de presença e fotografias	150 000
09	Formação do pessoal interno relativamente à biodiversidade e outros temas relacionados	PF-CHM	Semestral	Dotar as pessoas de conhecimentos e aptidões sobre a biodiversidade nacional	Mais de 200 pessoas formadas (instituições de ensino e organizações) sobre a BD	Relatório de formação, lista de participantes e fotografias	300 000
10	Sessões de sensibilização em forma de "Djumbai"	PF-CHM e todos os membros	A cada 4 meses	Sociedade informada e sensibilizada sobre assuntos	Mais de 100 pessoas sensibilizadas	Relatório, lista de participantes e fotografias disponíveis	800 000

				respeitantes à BD			
11	Solicitação de coberturas jornalísticas	PF-CHM	Sempre que houver necessidade	Atividades do CHM divulgadas amplamente	Divulgação de 12 atividades do CHM (no mínimo)	CD's e DVD's dos programas televisivos e radiofônicos e jornais disponíveis	200 000
12	Artigos académicos nos jornais.	PF-CHM e todos os membros	Semestral	Leitores dos jornais informados e sensibilizados sobre a DB	2 Artigos publicados por ano	Jornal	400 000
13	Produzir materiais promocionais (t-shirts e bonés)	PF-CHM e os membros	Anual	Artigos promocionais Produzidos e distribuídos	500 T-shirts e 500 Bonés produzidos	T-shirts e bonés	T-shirts – 2.500 000 Bonés - 550 000
14	Produzir Calendários, Bloco de Notas, Cadernos, Canetas, Agendas e Cartões-de-visita	PF-CHM e todos os membros	Anual	Artigos Produzidos e distribuídos	Calendários - 500 Bloco de Notas -500 Cadernos - 500 Canetas - 1000 Agendas - 100 Cartões-de-visita – 1000	Calendários, Bloco de Notas, Cadernos, Canetas, Agendas e Cartões-de-visita	Calendários – 250 000 Bloco de Notas - 225 000 Cadernos – 225 000 Canetas – 100 000 Agendas – 1 600 000 Cartões-de-visita – 300 000

15	Fazer desdobráveis e cartazes	PF-CHM e os membros	Único	Desdobráveis e cartazes editados e disseminados	1000 Desdobráveis produzidos e distribuídos e 500 cartazes confeccionados e afixados	Desdobráveis e cartazes disponíveis	Desdobráveis – 680 000 Cartazes – 325 000
16	Criar um <i>Jingle</i> (música educativa e de sensibilização)	PF-CHM e todos os membros	Único	Informar, sensibilizar e motivar a sociedade sobre o uso racional e a preservação da biodiversidade	1 Música	Música gravada e disponível em CD	150 000

2. Proposta Orçamental

PROPOSTA ORÇAMENTAL (estimada para 12 meses)				
Designação	Quantidade	Preço Unitário (FCFA)	Preço Total (FCFA)	Observação
Reuniões e sessões de esclarecimentos sobre diferentes ações ligadas ao CHM.	3	50 000	150 000	-
Formação do pessoal interno relativamente à biodiversidade e outros temas relacionados.	2	150 000	300 000	-
Conferência de ministros, secretários de estado e outras entidades importantes por forma a influenciar as políticas governamentais em relação aos objetivos do CHM.	1	500 000	500 000	-
Ateliê de informação/formação de jornalistas sobre a biodiversidade na Guiné-Bissau e o CHM.	1	400 000	400 000	-
Coberturas jornalísticas.	4	50 000	200 000	-
Sessões de sensibilização em forma de "Djumbai".	4	200 000	800 000	-
Website - www.biodiv.be/guine-bissau.	-	-	-	Gratuito
Placas	10	175 000	1750 000	2 metro/1 m
<i>Outdoors</i>	2	400 000	800 000	Tamanho padrão
Dísticos	24	20 000	480 000	Inclui afixação
T-shirts	500	5 000	2 500 000	-
Bonés	500	1 100	550 000	-
Panfletos informativos e educativos nas escolas.	1000	680	680 000	-
Cartazes publicitários e de sensibilização.	500	650	325 000	Tamanho A2

Calendários	500	500	250 000	Tamanho A3
Cadernos	500	450	225 000	Tamanho A5
Canetas	1000	100	100 000	-
Agendas	100	16 000	1 600 000	Tamanho A5
Cartões-de-visita	1000	300	300 000	-
Blocos de notas	500	450	225 000	Tamanho A5
Boletins	1000	2 900	2900 000	2 ed. p/ ano
Artigos acadêmicos nos jornais.	2	200 000	400 000	1 página
Programa radiofónico 45´	48	90 000	4 320 000	4 p/ mês
Programa televisivo 30´ - TGB.	24	450 000	10 800 000	1 programa mensal com 1 repetição
Apresentadores de programas.	72	50 000	3 600 000	1 para Rádio 1 para Televisão
Jingle (música educativa e de sensibilização).	1	150 000	150 000	Composição e gravação
Total:			34 305 000	-

3. Mecanismos para implementação da Estratégia e Plano de Ação CHM Guiné-Bissau

A elaboração da Estratégia e Plano de ação Nacional sobre o Intercâmbio de Informações sobre Biodiversidade tem o propósito de promover e facilitar a cooperação técnica e científica para alcançar os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Este plano de ação ilustra atividades a serem desenvolvidas com vista à conservação e ao uso racional da diversidade biológica do país.

A execução das ações desta estratégia e do plano de ação CHM será acompanhada de mecanismos de seguimento, controlo e avaliação eficazes da Secretaria de Estado do Ambiente, através do IBAP e departamento Responsável pela Educação Ambiental, na perspectiva de atingir os indicadores preconizados no plano de ação.

Dada a diversidade de atores intervenientes no domínio ambiental em geral e na conservação e utilização da biodiversidade em particular, torna-se indispensável a coordenação e a cooperação entre diferentes níveis de intervenção e de instituições implicadas, com vista ao intercâmbio de informações. Essa coordenação é extensiva aos CHMs no âmbito doutras convenções de que o país é signatário, com vista a uma dinâmica informativa única.

RECOMENDAÇÕES

Para uma implementação efetiva da presente Estratégia e Plano de Ação para o CHM da Guiné-Bissau, recomendam-se os três pontos principais que se seguem:

- Reforço da estrutura CHM da Guiné-Bissau;
- Criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação das intervenções e intercâmbio de informações;
- Criação de um mecanismo de financiamento das intervenções no quadro do CHM da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Apoio à Consolidação de um Sistema de Áreas Protegidas na Faixa Florestal da Guiné-Bissau. 2012 – 2016.*
2. Assembleia Nacional Popular, (2005). *Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau.* Bissau: Resoluções nº 22 a 40/2005. 30 de maio, Pág. 445 – 546.
3. BIAGUE, Mário. *Estudo de Base sobre Quadro Político, Jurídico e Institucional para Implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica.* Setembro de 2014.
4. Câmara Municipal de Bissau. *Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau, 2006.*
5. *Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).*
6. *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC).*
7. *Convenção da Luta Contra a Desertificação.*
8. Documento do Projeto GOVERNO/PNUD.
9. Gabinete de Planificação Costeira. *Plano Diretor da Planificação Costeira, 1993.*
10. GOMES, Aliu. *Setor Energético: Estudo de Base.* Setembro de 2014.
11. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, IBAP. (2002). *Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade na Guiné-Bissau.* Bissau.
12. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, IBAP. (2014). *Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau. 2014 – 2020.*
13. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, IBAP. (2012). *Estratégia Nacional de Comunicação.*
14. LOPES, Victor Silva - *Iniciação ao jornalismo audio-visual. Imagem impressa. Rádio. TV. Cinema.* Lisboa: dinalivro, s.d..
15. Ministério da Economia e Plano, (2011). *Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.* Governo da Guiné-Bissau.
16. Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural. (2010). *Plano Diretor Florestal.*
17. Plano Nacional de Gestão Ambiental, 2007.
18. Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades. *Direção Geral da Cooperação Internacional.*
19. REGALLA, Aissa. *Inventário das necessidades prioritárias de reforço de capacidades para a gestão do ambiente nacional e mundial. Perfil Temático na área de luta contra seca e desertificação.* Junho de 2010.
20. Secretaria de Estado do Ambiente, (2015) *Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade. 2015 – 2020.*
21. Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima. (2015). *Plano Estratégico do Desenvolvimento das Pescas 2015 -2020.*
22. TÉ, Gualdino Afonso. *Setor Pesqueiro: Estudo para a Atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Diversidade Biológica.* Bissau, 2014.

INTERNET

AGÊNCIA NACIONAL DO CAJÚ. *Quarto maior produtor mundial de amêndoa de cajú. Guiné-Bissau*. Anais eletrônicos. Bissau: ANCA, 2014. em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/08/20/guine-bissau-quarto-maior-produtor-mundial-de-amendoa-de-caju/>>. Acesso em 17.06.2015

CONVENÇÕES GLOBAIS DE RELEVÂNCIA PARA ÁFRICA. Anais eletrônicos. em: www.aquaknow.net/en/book/export/html/2882>. Acesso em 02.06.2015

THE WORLD BANK. Anais eletrônicos:BM, 2016. em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>> . Acesso em 21.01.2016

ANEXOS

Anexo 1 - Equipamentos e ferramentas necessários para a implementação do CHM

Os equipamentos abaixo mencionados são ferramentas necessárias para a implementação do CHM na Guiné-Bissau. No entanto, os equipamentos devem ser agrupados num espaço físico adequado para que se possa garantir a sua segurança e conservação, permitindo o seu bom uso.

Há que se referir que um dos instrumentos para a implementação do CHM é o *website*. Entretanto, a sua manutenção deve ser contínua. E para que se possa proceder a manutenção condignamente é imprescindível dispor de uma boa conexão de internet. Para o efeito, o trabalho da manutenção do *website* CHM deverá ser feito com imagens, vídeos, relatórios etc.

Tabela 1: Equipamentos e ferramentas necessários para a implementação do CHM

Nº	Artigo	Quantidade	Especificações	
1	COMPUTADOR PORTÁTIL	01	Família de Processador	Intel Dual Core
			Velocidade de Processador	2.16GHz
			RAM	4 GB a 1 TB
			Disco	750 GB
			Drive	DVD Super Multi Drive
			Conectividade	Wifi e Cabo

			Ligações	3 USB 2.0
			Sistema Som	Dois altifalantes
			Câmara incorporada	HD
			Teclado numérico	Sim
			Leitor de cartão de memória	Sim
			Autonomia de carga	5 horas
			Sistema operativo	Windows 8.1 64 bits
			Bateria suplente	Sim
			Garantia da bateria	2 anos
2	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	01	Tipo	Deskjet
			Resolução (ppp)	600 x 1200 dpi mínimo
			Velocidade (ppp)	10 ppm (pb)/08 ppm mínimo (cores)
			RAM	256 MB
			Interface	1 USB 2.0
			Formato	A4, A5. B5
			Cor	Sim
			Tipo de papel	Papel normal, papel cartolina e papel fotográfico
			Compatibilidade	Windows XP, Vista, 7, 8, Mac OS X v 10.6.8 ou superior
			Capacidade de entrada	225 folhas
			Duplex (frente e verso)	Sim
			Cópia	Sim
			Scanner	Sim

			Garantia	2 anos
3	PROJETOR	01	Portas USB 2.0	1
			Resolução nativa	WXGA (1280X800) mínimo
			Zoom	Alternativo
			Nível de ruído	34 db (A)
			Telecomando	Sim
			Tecnologia de projeção	LED
			Distância de projeção	2.5
			Vida útil da lâmpada	30.000 HRS mínimo
			Nº de Entrada HDMI	1
			Entrada de Vídeo componente	Sim
			Entrada áudio	Sim
			Entrada vídeo composto	Sim
			Leitor de cartões integrado	Sim
			Ligação rede wireless	Sim
			Altifalantes integrados	Sim
			Portas VGA	1
	Garantia	2 anos		
4	DISCO EXTERNO	01	Capacidade	1TB
			Alimentação USB	Sim
			Interface do disco	USB 3.0 mínimo
			Garantia	2 anos
5			Portas Ethernet LAN (RJ-45)	X4 e 1 WAN mínimo

	<i>ROUTER</i>	01	Portas USB 2.0	X1
			Padrões de rede	(4) 10/100
			Ligação <i>Wireless</i>	802.11 b/g/n 2.4 GHz/ 802.11 a/n/ac 5GHz mínimo
			Ligação Rede <i>Ethernet</i>	10/100
			Encriptação suportada	Otimizada para XBOX 360 e One
			Garantia	2 anos
6				
	<i>PEN DRIVE</i>	02	Capacidade	8 GB
			Garantia	2 anos
7				
	<i>MÁQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL</i>	01	Megapixel	18 MP
			Tipo de sensor	CMOS
			Tamanho do sensor ótico	CMOS 1/2.3"
			Sensibilidade	ISO Auto, 100, 200, 400, 800, 1600, 3200 (+/-2 EV em incrementos de 1/3 pontos).
			Pontos de focagem (lente)	9 mínimo
			Estabilizador de imagem	Sim
			Abertura máxima	f/3.4-f/6.0 mínimo
			Abertura mínima	ND
			Distância focal máxima	180.6 mm
			Distância focal mínima	4.3 mm
			Modo auto focus	Sim

			Zoom digital	4 x mínimo
			Zoom ótico	42 x mínimo
			LCD	3" TFT LCD mínimo
			Velocidade de obturaçã	1-1/2000 seg mínimo
			Disparo contínuo	1.6 fps mínimo
			Temporizador	Sim
			Modos de exposiçã	Smart Auto, Programa AE, Prioridade ao obturador AE Prioridade à abertura AE, Manual, Hybrid Auto
			Modos de cena	Pouca luz, Neve, Fogo de artifício
			Balanço de brancos	Auto (incluindo WB com Detecçã de Rosto), Luz do dia, Nublado, Tungsténio, Fluorescente, Fluorescente H, Personalizado
			Resoluçã máx	4608 x 3456 mínimo
			Gravaçã vídeo	Sim
			Resoluçã de vídeo	1920 X 1080 mínimo
			Funções áu	Sim
			Memória interna	250 MB
			Cartões de memória	SD, SDHC, SDXC

			Formato de ficheiro	JPEG, MOV, PECM
			Modo flash	Auto, Flash Manual Ligado/Desligado, Sincronização Lenta
			Portas USB 2.0	1 (USB 2.0)
			Saída HDMI	Sim
			Deteção de faces	Sim
			Garantia	2 anos

Anexo 2 - Recursos humanos existentes

Os recursos humanos qualificados são indispensáveis a uma melhor dinamização do CHM - Guiné-Bissau. Assim sendo, é importante que os membros do CHM tenham capacidade no que diz respeito à colheita e difusão de informações relativamente à biodiversidade nacional. Para o efeito, é pertinente que o grupo seja constituído de forma heterogénea, ou seja, com profissionais de diferentes setores, a saber: engenheiros (agrónomos, ambientalistas, florestais etc), jornalistas, comunicólogos, biólogos, professores, etc. Assim sendo, o CHM do país pode ser constituído por representantes de diferentes instituições, de acordo com o proposto na tabela abaixo.

Tabela 2: Recursos humanos necessários para a implementação do CHM

Instituições estatais
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
Direção Geral de Agricultura
Direção Geral da Pecuária
Direção Geral das Florestas
Direção Geral da Pescas
Rede de Jornalistas
Rede de ecojornalistas
Rede de Jornalistas para Proteção Civil e Alterações Climáticas

Organizações não - governamentais
Tiniguena
Ação para o Desenvolvimento
Swissaid
União Internacional para a Conservação da Natureza
GAECA Palmeirinha
Instituições de Pesquisa
Instituto Nacional de Pesquisa Agrária
Célula de Avaliação de Impacte Ambiental
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Centro de Investigação e Pesquisa Aplicada
Instituições de Ensino Superior

Anexo 3 – Relação de alguns documentos legais (leis, decretos e regulamentos), as estruturas existentes e as instituições

Secretaria de Estado do Ambiente
Comissão Nacional de Higiene do Meio Ambiente
Centro de Estudo e Tecnologia Apropriada
Conferencia Nacional do Ambiente
Áreas Protegidas
Lei-quadro das áreas protegidas
Decreto de Criação do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu
Decreto de Criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada
Decreto de Criação do Parque Nacional Marinho João Vieira-Poilão
Decreto de Criação do Parque Nacional das Ilhas de Orango
Caça
Disposições quanto a caça de toda a fauna selvagem por um período de dois anos
Regulamento de caça
Floresta
Sanções relativas a devastação das florestas por meio de queimadas e incêndios
Lei Florestal
Regulamento do fundo florestal
Regulamento de taxação Florestal
Contrato de concessão de gestão e aproveitamento florestal
Anteprojecto de Regulamento de Gestão de Floresta Comunitária
Pescas
Estatuto da Junta dos Portos da Guiné-Bissau
Livro de Tarifas dos Portos da Guiné-Bissau
Delimitação do mar territorial da Republica da Guiné-Bissau e a Republica da Guiné
Documento que fixa fronteiras marítimas entre a República da Guiné-Bissau e a República da Guiné

Lei Geral sobre Pescas
Regulamento da Lei Geral sobre a pesca
Ratificação da convenção relativa a criação de uma comissão sub-regional das Pescas assinada
Plano de Gestão de Recursos Pesqueiros da Guiné-Bissau
Princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos nacionais
Serviço de fiscalização permanente ou ocasional das atividades pesqueiras dentro da Zona Económica Exclusiva
Minas
Código de Minas
Pedreiras
Regime de exploração de Pedreiras
Regulamento e normas do regime de exploração das pedreiras
Solo
Regime fiscal e Disciplinar de Ocupação de terras

Anexo 4 – Lista de tabelas

- Tabela 1: Relação de acordos multilaterais ambientais assinados pela Guiné-Bissau;
- Tabela 2: Relação das instituições de estado e organizações nacionais ligadas ao ambiente e conservação da biodiversidade;
- Tabela 3: Grupos-alvo que se possa implicar na troca de informações;
- Tabela 4: Ferramentas para atingir os grupos-alvo.

Anexo 5 – Lista de ilustrações

- Ilustração 1: Localização geográfica da Guiné-Bissau;
- Ilustração 2: Mapa das áreas protegidas da Guiné-Bissau.